

# Acção **Socialista**

Nº 1245 - 1 Junho 2005

Director: Jorge Seguro Sanches Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva  
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



## CORAGEM E DETERMINAÇÃO



*O governador do Banco de Portugal apresentou, a 23 de Maio, o relatório da Comissão de análise da situação orçamental, a que presidiu. O documento apresenta uma previsão de défice de 6,83%.*

*Este valor seria o défice do orçamento do Governo de Direita! O Executivo socialista apresentou, na Assembleia, durante o debate mensal de 25 de Maio, o programa de consolidação das contas públicas destinado a reduzir as causas reais do défice, mantendo a aposta na confiança e no crescimento económico e a garantia da justiça e da equidade. O Governo aprovou, no último Conselho de Ministros, o Programa de Estabilidade e Crescimento, o qual será discutido no Parlamento a 9 de Junho.*

**Guterres é o novo  
alto-comissário  
para os  
Refugiados**

17



### **Manuel Maria Carrilho**

FORMALIZAÇÃO DA CANDIDATURA À CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
COM A PRESENÇA DE JOSÉ SÓCRATES

CENTRO CULTURAL DE BELÉM - LISBOA :: 7 JUNHO :: 19.00H

# FIDELIDADE AO ESSENCIAL

1. A história das finanças públicas portuguesas tem sido, ao longo dos séculos, uma sucessão de preocupações ligadas ao défice. Não é, pois, de hoje o tema. Daí ser de referir o esforço feito a partir de 1995 para garantir a entrada do escudo na União Económica e Monetária. Ao contrário do pretendem muitas considerações injustas ou erradas, a verdade é que coube ao professor António Sousa Franco a acção patriótica no sentido do cumprimento pela economia portuguesa de todos os critérios de convergência nominal estabelecidos em Maastricht. A história poderá registar dúvidas ou objecções, o certo é que, contra muitas vozes de "profetas da desgraça", Portugal pôde cumprir o que lhe era exigido para participar na moeda única europeia (défice abaixo dos 3 por cento, dívida pública em menos de 60 por cento do PIB e abaixo da média europeia). E se hoje se se diz que não aproveitámos a conjuntura favorável de noventa, esquece-se que em 1995 e 1996 estávamos a sair da recessão de 1993, com um esforço indispensável a fazer no tocante à criação de emprego, acrescendo a necessidade de regularização de muitas situações de emprego precário na função pública. Porventura faltou então uma articulação mais efectiva entre as políticas orçamental e da administração pública. No entanto, não podemos esquecer a forte pressão ligada à plena integração num espaço económico desenvolvido, aliada à baixa do preço do dinheiro. E bem vistas as coisas, o modelo seguido depois de 1995 procurou completar os investimentos em infra-estruturas do cavaquismo, com um reforço das políticas sociais, e em especial da Educação e da Formação (aliás com resultados muito mais positivos do que se pretende, uma vez que foi possível trazer todos os jovens até aos quinze anos à escola — passando-se de um abandono de 12 por cento, na primeira metade dos anos noventa, para apenas 2 por cento na presente década... ). Em suma, a acção de António Guterres e de Sousa Franco pode caracterizar-se por três pontos: (i) aposta nos investimentos públicos reprodutivos com dimensão social e educativa; (ii) reorganização, mobilização e motivação da administração financeira, em especial tributária (aumentando significativamente a eficiência da receita) para o combate à fraude; e (iii) lançamento das bases de políticas anticíclicas, na linha do que estava a ser feito nos países nórdicos (leia-se, aliás, a proposta de lei de enquadramento orçamental e perceber-se-á essa orientação).

2. Posto este intróito, convém situarmo-nos na fase actual de políticas orçamentais. Em lugar de adoptar uma atitude de sobrançeria ou de infalibilidade, que foi seguida grosso modo a partir de 2002, com resultados desastrosos, o que se impõe agora é adoptar uma política de verdade e de rigor. Mais do que fazer acusações, do que usar subterfúgios ou receitas extraordinárias, impõe-se seguir o seguinte: (i) tornar clara a concretização das três prioridades da política económica — crescimento económico, criação de emprego e consolidação orçamental; (ii) adoptar, com carácter de urgência, medidas que permitam fazer face a um défice orçamental insuportável de 6,8 por cento; (iii) pôr termo ao uso sistemático de receitas extraordinárias, até porque as mesmas se esgotariam rapidamente, não alterando os efeitos negativos sobre a economia real do desequilíbrio orçamental (como ficou demonstrado nos últimos dois anos); (iv) recusar uma concepção de Estado mínimo e de desresponsabilização dos entes públicos pela qualidade e avaliação dos serviços públicos; (v) impedir os efeitos recessivos inerentes ao descontrolo do défice real das contas públicas; (vi) acompanhar as medidas imediatas de um conjunto de acções estruturais no sentido: da sustentabilidade a prazo do Estado social, da redução do peso do Estado no produto interno, de diminuição da despesa corrente primária, do combate à fraude e à evasão fiscais

e da melhoria das condições de eficiência e de equidade ligadas à satisfação das necessidades colectivas e à defesa do bem comum; e (vii) criar condições para o aumento do produto potencial e para a convergência real da economia portuguesa com os principais parceiros europeus.

3. Este é o quadro de fundo, sem o qual não se podem compreender as medidas agora agora. Em primeiro lugar, com um défice à volta de 5 por cento do PIB não teria sido necessário aumentar impostos. Foi o descontrolo nos sectores das pensões e da Saúde que determinou a exigência do aumento de impostos, designadamente da taxa normal do IVA. Estamos perante um mal menor. E se há riscos recessivos (e de evasão fiscal) quando se aumenta a taxa de um imposto sobre o consumo, a verdade é que, no outro prato da balança, não podemos esquecer os efeitos recessivos do défice das contas e das suas consequências. Segundo o equilíbrio de Nash, que os estudantes de Economia bem conhecem, temos de escolher entre dois males. E aqui o mal maior é o descontrolo das contas públicas e da dívida pública que atingiria as gerações futuras. Ao agir do modo como o fez, actuando sobre o IVA, sobre os impostos sobre o consumo dos combustíveis e do tabaco e criando um último escalão do IRS, o Governo limitou-se a colocar um garrote para impedir que a hemorragia continuasse. Mas tal não basta. É indispensável pôr em prática uma acção determinada de simplificação do sistema fiscal, de combate sem tréguas à fraude e evasão fiscais, de fim dos benefícios injustificados — e de uma acção continuada de redução da despesa pública. E saliente o facto de haver uma consignação da nova receita do IVA ao sistema de segurança social. Para as novas gerações isto significa que serão elas as beneficiárias (e não as vítimas) e que a nova receita marginal não irá para a burocracia ou para o desperdício. Quanto ao mais, se a convergência de regimes de segurança social entre a função pública e os restantes trabalhadores pode causar angústias imediatas, a verdade é que o que está em causa é salvaguardar a cobertura de riscos sociais a que todos têm direito. Não podemos esquecer que o decréscimo da população activa e o crescimento dos não activos obriga medidas que permitam impedir a falência do Estado social. Eis o que está em causa.

4. O "monstro" não nasceu de geração espontânea. O "monstro" (isto é, o Estado obeso) tem progenitores. E um desses pais é o dr. Cavaco Silva. Basta olhar a trajectória da despesa pública nos últimos vinte anos para o verificar. O dr. Miguel Cadilhe veio agora dizer o que muitos já sabiam. O "novo sistema retributivo da função pública" do início dos anos noventa criou compromissos permanentes e automáticos que se projectaram fortemente no futuro. É um dado de facto. No entanto, impõe-se agora, muito mais do que descobrir culpas ou pecados, encontrar soluções. Temos de nos colocar mais do lado das soluções do que do lado dos problemas. O que tem de ser feito foi-o já nos países onde o Estado social tem uma grande importância, como no norte da Europa. Trata-se de garantir para o futuro a sustentabilidade do Estado social, o que exige uma preparação adequada. Apesar dos sacrifícios imediatos, o que está em causa é a recuperação de uma trajectória de crescimento económico e de criação de emprego. Eis por que razão é indispensável uma escolha muito criteriosa dos investimentos reprodutivos, em especial nos domínios da educação, da formação e da inovação. A economia real, para aumentar o produto potencial, obriga a uma estratégia positiva de criação de riqueza e de aumento da competitividade e da produtividade... Eis o indispensável para que se preserve a fidelidade no essencial...



**GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS**

## MONSTRINHOS

ANTÓNIO COLAÇO

- E portanto, minhas senhores e meus senhores, vou abrir a pastinha, cuidado, cuidado! Oi!!! Ups!!! **Monstrinhos**, práqui já!!!



## COMISSÃO POLÍTICA

# SOCIALISTAS APOIAM ESTRATÉGIA FINANCEIRA DO GOVERNO

José Sócrates obteve a confiança dos dirigentes da Comissão Política e deputados socialistas para levar a cabo a sua estratégia financeira para conter o défice público, com aumento dos impostos, anunciou no dia 24 o líder parlamentar do PS.

Alberto Martins explicou que, quando se estabelece um contrato, "se houver uma alteração anormal das circunstâncias o contrato pode não ser respeitado em absoluto".

No entanto, fez questão de sublinhar que, não obstante as medidas que o Governo vai tomar para equilibrar as contas públicas, "o programa eleitoral do PS é todo para cumprir".

Falando aos jornalistas no Largo do Rato quase no final da reunião da Comissão Política, o líder da bancada socialista adiantou que o primeiro-ministro



assegurou "que esta seria a única medida de carácter excepcional que o Governo terá de adoptar, dada a alteração das circunstâncias" relativas às contas públicas do país.

"As soluções anunciadas têm como preocupações a procura do crescimento económico, da coesão social e uma política de emprego, o que corresponde aos grandes objectivos do PS e do Governo socialista", disse, acrescentando que as medidas concretas "serão apresentadas em primeira linha no Parlamento".

Alberto Martins, que se encontrava acompanhado dos deputados João Cravinho e Guilherme d'Oliveira Martins, sublinhou ainda que "o grupo parlamentar está identificado" com a política "de longo prazo" do Governo que foi anunciada por José Sócrates na reunião.

## COMISSÃO NACIONAL

## SÓCRATES EXPLICA QUE MEDIDAS DE AUSTERIDADE TAMBÉM AFECTAM OS MAIS RICOS



Perante a Comissão Nacional reunida na segunda-feira, o secretário-geral do PS, José Sócrates, reafirmou que "desta vez" as medidas de austeridade do Governo para combater o défice das contas públicas também vão chegar aos mais ricos.

Na sua breve intervenção, no final da reunião no Largo do Rato da Comissão Nacional — o órgão máximo entre congressos —, o líder socialista traçou as linhas de demarcação entre as medidas de austeridade adoptadas pelo anterior Executivo PSD/CDS-PP de Durão Barroso e as que foram anunciadas pelo seu

Governo socialista na Assembleia da República.

Entre os exemplos de medidas que também vão atingir os contribuintes com rendimentos mais elevados, Sócrates apontou a criação de uma escala de IRS de 42 por cento para os contribuintes com rendimentos anuais superiores a 60 mil euros e uma maior fiscalização aos cidadãos considerados de risco em termos de cumprimento das suas obrigações fiscais.

A Comissão Nacional do PS elegeu, sem votos contra, o camarada Jorge Seguro Sanches para os cargos de director do

jornal "Acção Socialista" e da revista "Portugal Socialista" — lugares que dão direito a assento por inerência na Comissão Política Nacional do partido.

Jorge Seguro Sanches substituiu na direcção dos órgãos oficial e central do PS o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, que abandonou aqueles cargos após ter tomado posse como membro do Governo.

A Comissão Nacional do PS aprovou ainda o relatório e contas do partido em 2004, documento que foi apresentado pelo secretário nacional para a Organização, Marcos Perestrello.

## VALOR DO DÉFICE É CHOCANTE



O défice de 6,83 por cento apurado pela comissão Constâncio, que é o mais elevado da zona euro, deixou "chocado e estupefacto" o PS, que responsabilizou os governos PSD e CDS/PP pela grave situação financeira.

Falando no dia 23 aos jornalistas, após uma reunião com o primeiro-ministro, José Sócrates, que entregou à direcção do PS o relatório da comissão presidida pelo governador do Banco de Portugal, o camarada Jorge Coelho

não deixou ainda de transmitir uma palavra "de confiança e de solidariedade dos socialistas com todas as medidas que vieram a ser adoptadas" pelo chefe do Governo.

E afirmou ter a certeza de que essas medidas "corajosas e determinadas" do Governo de José Sócrates "não colocarão em causa as características fundamentais do Estado social".

O dirigente socialista disse estar "chocado e estupefacto não só com o valor global do défice, mas também com o conteúdo do relatório às contas públicas nacionais".

É que, apontou, "há 1500 milhões de euros de suborçamentação nas despesas da saúde, porque a verba colocada para 2005 nesta área é inferior às despesas registadas em 2004, o que se traduz numa irresponsabilidade". O coordenador da Comissão Permanente do PS referiu ainda que, no Orçamento do Estado para 2005, "não foram considerados 230 milhões de euros referentes ao aumento das pensões e das reformas" e que "há receitas extraordinárias que não existem, ou que são inválidas".

E acrescentou que há também "verbas cativadas na ordem dos 600 milhões de euros e ainda cerca de 600 milhões de euros de despesas da Segurança Social não orçamentadas em 2005".

Perante este quadro, acusou os governos PSD e CDS-PP de serem em exclusivo "responsáveis pela situação", defendendo que "Durão Barroso, Pedro Santana Lopes, Manuela Ferreira Leite, Bagão Félix e Marques Mendes, hoje líder do PSD, têm a obrigação de explicar por que razão andaram a mentir aos portugueses".

## CONCERTAÇÃO SOCIAL

# AUMENTAR O INVESTIMENTO PÚBLICO PARA FAZER CRESCER A ECONOMIA

O investimento público nacional vai aumentar significativamente ao longo dos próximos quatro anos por forma a incentivar o crescimento económico. Esta a garantia deixada pelo primeiro-ministro na reunião extraordinária do Conselho Permanente de Concertação Social.

No final do encontro com os parceiros sociais que decorreu no passado dia 31 de Maio, José Sócrates reafirmou que o Governo do PS "não vai desistir da economia" ao assegurar que "as medidas que constam do Programa de Estabilidade e Crescimento (2005/2009) destinam-se a estabilizar o panorama económico português e também a estimular o crescimento".

Perante os representantes das centrais sindicais e das confederações patronais, o chefe do Executivo socialista, acompanhado pelos ministros de Estado e das Finanças, Luís Campos e Cunha, da Economia, Manuel Pinho, e do Trabalho e da Solidariedade, Vieira da Silva, pediu a compreensão dos parceiros para as urgentes medidas de austeridade tomadas após a estimativa apurada de 6,8 por cento do défice.

"O Governo pediu esta reunião extraordinária para dizer que queremos governar em concertação e em diálogo social", disse o primeiro-ministro aos jornalistas.

No que respeita às medidas tomadas pelo Executivo para baixar o défice, Sócrates defendeu que, se o Governo nada fizesse, "a economia portuguesa perderia



credibilidade externa, subiriam as taxas de juro, agravando a situação das famílias e das empresas, haveria mais desemprego e recessão".

O primeiro-ministro salientou ainda que, "desta vez, não poderá dizer-se que são sempre os mesmos a fazer sacrifícios", referindo-se à criação de um novo escalão de IRS de 42 por cento para rendimentos

brutos anuais superiores a 60 mil euros, à perda de privilégios por parte dos administradores públicos, aos cortes em regalias dos políticos e à publicidade nas declarações de rendimentos de cada contribuinte singular ou colectivo.

"Desta vez, há uma justa distribuição dos sacrifícios", sustentou, lembrando de seguida que as medidas de austeridade

anunciadas "destinam-se a garantir a sustentabilidade do Estado social".

Por essa razão, observou, é que "promovemos uma justa aproximação entre a idade da reforma dos trabalhadores do sector público aos do privado", advogando igualmente, no âmbito das medidas destinadas "a garantir no futuro o pagamento das

prestações sociais", a necessidade de aproximar as deduções à colecta dos cidadãos com pensões mais elevadas dos trabalhadores por conta de outrem. "Essa medida não tocará nas pensões mais baixas e é justa, porque não há qualquer motivo para que os que têm pensões altas descontem menos do que deviam", explicou.

## PROGRAMA DE ESTABILIDADE E CRESCIMENTO

## GOVERNO PREVÊ AUMENTO DE EMPREGO NOS PRÓXIMOS ANOS

O Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), apresentado no dia 1 no Parlamento pelo ministro de Estado e das Finanças, Luís Campos e Cunha, prevê um crescimento gradual do emprego até 2009.

De acordo com os números divulgados pelo governante, estima-se que o emprego crescerá 0,4 por cento em 2005, 0,7 por cento em 2006, 1,1 por cento em 2007, 1,3 por cento em 2008 e 1,5 por cento em 2009.

Estas previsões vêm ao encontro da promessa eleitoral feita por José Sócrates de criar 150 mil postos de trabalho.

"Como há uma diminuição de 20 e tal mil postos de trabalho na Função Pública significa que a criação de novos postos de trabalho, nas contas implícitas que aqui estão, é um pouco acima dos 150 mil postos de trabalho", explicou Campos e Cunha aos deputados da

Comissão parlamentar de Orçamento e Finanças.

Na apresentação do PEC o ministro das Finanças aproveitou, também, para apelar à moderação salarial, "para não exacerbar as perdas de quotas de mercado que tivemos no passado".

Realçando que nas alturas de menor crescimento económico, o mercado de trabalho conseguiu ajustar nos salários e evitar subidas mais expressivas do desemprego, as projecções do PEC extrapolam até 2009 este tipo de comportamento dos salários reais.

Ao contrário do crescimento sucessivo do emprego, as previsões referentes à taxa de desemprego apontam para uma subida em 2006 (7,7 por cento), depois de em 2005 se situar nos 7,4 por cento. Após 2006, a taxa de desemprego deverá começar a descer para 7,6 por cento (2007), 7,3 por cento (2008) e 6,9 por



cento (2009).

Por outro lado, o ministro das Finanças anunciou que o Governo quer utilizar 80 por cento das receitas de privatizações para abater a dívida pública, sublinhando que é importante amortizar a dinâmica da dívida, até para ajudar a reduzir o défice público.

Para 2005, o Executivo prevê uma dívida pública de 66,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), a qual deve crescer até aos 67,8 por cento em 2007 e depois reduzir-se para 64,5 por cento em 2009, sempre acima da meta dos 60 por cento do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Para 2006 estão previstas receitas de privatizações de 1,1 pontos percentuais do PIB e para os anos seguintes de 0,5 pontos percentuais, de acordo com o Programa de Estabilidade e Crescimento.

## DEBATE MENSAL

# SÓCRATES APRESENTA MEDIDAS DE COMBATE À GRAVE CRISE ORÇAMENTAL



A subida do IVA de 19 para 21 por cento, o aumento do imposto sobre o tabaco e os produtos petrolíferos e a criação de um novo escalão de IRS de 42 por cento para contribuintes com rendimentos anuais superiores a 60 mil euros, fazem parte de um "programa de execução imediata" anunciado no Parlamento por José Sócrates para dar resposta à grave situação das contas públicas.

Apesar das medidas anunciadas para fazer face ao défice real que em três anos disparou de 4,1 para 6,83 por cento, o primeiro-ministro fez questão de sublinhar o carácter "excepcional"

destas medidas, reiterando que se mantêm os "objectivos sociais e crescimento da economia" como prioridade do Governo.

Para além das medidas de emergência, o primeiro-ministro avançou ainda com um "plano de acção" de médio prazo com vista a uma "verdadeira consolidação sustentada das contas públicas, reduzindo progressivamente o défice em três anos", tendo como linhas orientadoras a "verdade e transparência", a "confiança e crescimento" e a "justiça e equidade".

Nesse sentido, garantiu que não haverá recurso a receitas extraordinárias, não

serão feitos cortes cegos e não será retomado o discurso da tanga, sublinhando que a receita destas medidas, para responder à crise das finanças públicas, será afectada à Segurança Social e à Caixa Geral de Aposentações.

Face ao défice estimado e 6,83 por cento, que "é muito superior ao que esperávamos", José Sócrates afirmou que o Governo é forçado a tomar um conjunto de medidas, que têm como principais linhas orientadoras "o combate à evasão fiscal e a redução da despesa".

Assim, anunciou que o Governo vai avançar com o levantamento parcial do sigilo fiscal, intensificar o cruzamento

de dados entre o Fisco e a Segurança Social, realizar auditorias em cada ministério e acabar com os privilégios de subvenções vitalícias dos detentores de cargos políticos.

A apresentação no final do ano de uma proposta para eliminação de um "conjunto vasto" de benefícios fiscais e a eliminação da possibilidade de as empresas que exercem actividades no "off-shore" da Madeira "reduzirem a percentagem do lucro tributável" foram também medidas avançadas pelo primeiro-ministro.

Na sua intervenção, José Sócrates referiu-se também a um conjunto de medidas para reestruturar a Administração

Pública, que passam por "um novo regime mais justo de remunerações" e pelo "combate às regalias injustificadas", no âmbito do objectivo de consolidação sustentável das contas públicas.

Neste contexto, o primeiro-ministro referiu que o Governo pretende suspender as progressões automáticas, "a título excepcional", limitar as regalias dos administradores públicos e aumentar progressivamente a idade de reforma dos funcionários públicos até aos 65 anos. José Sócrates sublinhou ainda que a redução do défice será feita "ao serviço da economia, do investimento e da confiança".

## PRINCIPAIS MEDIDAS DE COMBATE AO DÉFICE DAS CONTAS PÚBLICAS

### Impostos

- Aumento da taxa normal do IVA de 19 para 21 por cento.
- Aumento dos impostos sobre o tabaco e sobre os produtos petrolíferos.
- Introdução, no Orçamento para 2006, de um novo escalão de 42 por cento destinado às pessoas com rendimentos a partir de 60 mil euros por ano.

### Combate à fraude e evasão fiscais

- Intensificação do cruzamento de dados entre o Fisco e a Segurança Social.
- Utilização do levantamento do sigilo bancário para efeitos fiscais.
- Plano de acção para evitar a prescrição de dívidas fiscais.
- Agravamento das sanções por incumprimento fiscal.
- Criação de mecanismos que evitem a "lavagem"

de dividendos.

- Compensação dos reembolsos com dívidas fiscais de outros impostos.
- Reposição da tributação em Imposto de Selo das doações de valores monetários.
- Fim do sigilo fiscal.
- Eliminação ou redução de benefícios fiscais injustificados ou excessivos.
- Introdução de novos limites à utilização de benefícios fiscais pelas empresas em sede de IRC.
- Redução da percentagem do lucro tributável das instituições de crédito e sociedades financeiras que exercem a sua actividade no "off-shore" da Madeira.

### Administração Pública

- De três em três meses, dois ministérios entram em processo de auditoria e reestruturação, revendo

as respectivas funções, orgânica, dimensionamento, recursos e procedimentos.

- Revisão do actual sistema de carreiras e remunerações na função pública.
- Suspensão temporária da progressão automática nas carreiras.
- Limitação das regalias dos administradores de empresas de capitais públicos.
- Cativeiração imediata de 5 por cento das verbas afectas aos hospitais e que não respeitem ao pagamento de salários.
- Reavaliação da programação na área da Defesa.

### Segurança Social

- Integração de todos os trabalhadores que entrem a partir de agora no sector público no Regime Geral da Segurança Social.
- Equiparar a idade legal de reforma dos funcionários públicos à dos trabalhadores em

geral, aumentando, a partir de 2006, progressivamente a idade de aposentação dos 60 para os 65 anos.

- Aproximar progressivamente o regime de cálculo das pensões aplicável aos funcionários que entraram na função pública antes de 1993, com aquele que se aplica aos funcionários que foram admitidos depois daquela data.
- Equiparação dos sistemas público e privado de protecção na doença, fixando em 65 por cento o respectivo subsídio de doença.
- Travar a actual tendência para a antecipação da idade de reforma.
- Pôr fim a um conjunto de regimes de excepção na administração pública no que concerne à idade da reforma, cálculo das pensões e prestações excepcionais.
- Acabar com os privilégios das subvenções vitalícias dos titulares de cargos políticos.



## Pelourinho da República

“Ó Garrido, eu vou dar-lhe um conselho, não se meta nisto senão eu tomo medidas e limpo-o do futebol”

**Valentim Loureiro** (escuta telefónica de conversa com o observador de arbitragem António Garrido, incluída no processo Apito Dourado)  
“DN”, 27/5/05

“Cavaco pode voltar a vir falar do ‘monstro’. Mas foi durante os seus governos que o défice se descontrolou e a despesa corrente cresceu mais de 10 pontos. Se isto não é ser pai do ‘monstro’, então o que será?”

**Helena Roseta**  
“Visão”, 26/5/05

“Percebi, antes de todos, quem era Pedro Santana Lopes. E também quem era Cavaco Silva”

**Maria José Nogueira Pinto**  
“Visão”, 26/5/05

“No futuro, quem preencher uma declaração de IRS passará a pensar bem e a ter cuidado porque essa declaração de rendimentos poderá estar disponível na Internet”

**Luis Campos e Cunha** (sobre o projecto do Governo limitar o sigilo fiscal)  
SIC Notícias, 26/5/05

“A razão fundamental para os eleitores (de Lisboa) votarem em mim é que votam na CDU”

**Ruben de Carvalho**  
“O Independente”, 25/5/05

“Se há alguém no PSD que ao longo dos últimos 30 anos sempre se preocupou em colocar os amigos no aparelho de Estado, aqui e além, é o doutor Marques Mendes”

**Isaltino Morais**  
SIC Notícias, 19/5/05

“Pressionou-me a mim e pressionou o próprio primeiro-ministro (Durão Barroso) para designar uma determinada pessoa para presidente das Águas de Portugal”

*Idem, ibidem*

“Nada nem ninguém, nenhuma pressão, vai alterar as decisões que tomei”

**Marques Mendes, ibidem**

“O PSD perdeu credibilidade”

**Miguel Macedo**  
“O Independente”, 20/5/05

“Se houvesse unidade da esquerda (Cavaco) não teria hipóteses (de vencer as presidenciais)”

**Mário Soares**  
SIC Notícias, 17/5/05

Em política nunca digas nunca”

**Santana Lopes** (sobre a vontade de voltar à liderança do PSD)  
RTP, 19/5/05

# CONSTÂNCIO APOIA MEDIDAS PARA REDUZIR O DÉFICE

O Governo optou por medidas “credíveis e convincentes” para atacar o problema do défice das contas públicas, considerou o governador do Banco de Portugal, sustentando que a subida de impostos era necessária, uma vez que um corte na despesa, no curto prazo, pode ser mais recessivo do que reduzir na despesa.

“A despesa é imediatamente recessiva. No caso do aumento dos impostos indirectos – como o IVA – a solução é a menos má”, explicou.

Vitor Constâncio, que falava na terça-feira na Comissão parlamentar de Orçamento e Finanças, sublinhou, no entanto, que o “verdadeiro” controlo das contas públicas está na redução da despesa.

“A consolidação sólida e duradoura é na redução da despesa. É mais difícil, mas terá de vir”, acrescentou.

Reiterando o seu apoio às medidas do actual Governo, o governador do Banco de Portugal afirmou que as políticas tinham de ser “concentradas” para que os “mercados e os financeiros acreditassem” na consolidação orçamental portuguesa.

Por isso, frisou, “o Governo fez bem em não concentrar as medidas de consolidação entre 2006 e 2008”, já que desta forma é possível ter resultados mais rapidamente.

Vitor Constâncio salientou ainda que chegar ao final do ano com um défice orçamental de 6,2 por cento em relação ao PIB, num contexto de fraco crescimento, vai ser uma “tarefa exigente”, porque “estamos já meio do ano”.

Sobre a área da saúde, o governador



reconheceu que em relação aos hospitais AS se pode efectivamente estar perante uma situação em que parte das despesas correntes esteja a ser financiada pelos 900 milhões de euros de capital social constituídos pela dotação inicial. A dívida pública poderá este ano atingir os 68,5 por cento do PIB caso as operações de assunções de passivos da saúde sejam efectuadas já em 2005.

Mas, a par de uma receita orçamental inexistente, de 500 milhões de euros de concessões, o que mais surpreendeu Vitor Constâncio, “no Orçamento remediado” para 2005, foi a redução do investimento público.

Por outro lado, o governador do Banco de Portugal afirmou que é “necessário injectar mais análise técnica independente” no controlo orçamental, não

desejando que o banco central seja usado como uma estrutura “ad hoc” para analisar contas orçamentais. Por isso, defendeu a criação de um órgão de “análise” independente, tendo em conta “os vários modelos” existentes em alguns países europeus.

Em qualquer das soluções, adiantou, o Banco de Portugal está preparado para fazer parte.

Perante os deputados da Comissão de Orçamento e Finanças, o governador do Banco de Portugal fez também questão de sublinhar que o esforço de consolidação orçamental dos últimos anos foi “insuficiente” para resolver o problema, acrescentando que a redução de impostos verificada desde 2003 agravou o desequilíbrio das contas do Estado.

## SCUT

# GOVERNO MANTÉM PROMESSA ELEITORAL

O Governo está a “pensar como vai financiar as SCUT”, afirmou o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, reiterando porém que as promessas eleitorais se mantêm.

Mário Lino, que falava aos deputados da Comissão Parlamentar de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, disse que “não há mudança da política do Governo” no que respeita às SCUT e que a introdução de portagens “está admitida no programa de Governo”.

O programa do Governo refere que admite a continuação do actual modelo “enquanto se mantiverem” as diferenças socioeconómicas das regiões e a inexistência de alternativas rodoviárias. Cauteloso, o ministro disse que as portagens podem ser introduzidas “em apenas alguns troços e não em toda a extensão da auto-estrada”.

Por outro lado, Mário Lino anunciou que a terceira travessia rodoviária sobre o Tejo projectada pelo Governo anterior para ser



construída entre Algé e Trafaria já não faz parte dos planos do executivo. Esta obra “deixou de ser prioridade”, embora “não esteja no caixote do lixo”. Ao contrário, adiantou, a grande

prioridade, neste momento, pasas pelo desenvolvimento dos transportes públicos, pelo que se está a equacionar uma ponte ferroviária entre Chelas e o Barreiro.

## DÉFICE PÚBLICO

# GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS APONTA ROSTOS DO DESCALABRO

Portugal não acredita em políticos que têm “duas caras” e “duas atitudes”, que “usam a ilusão com a secreta esperança de que alguém há de deixar de reparar nos erros cometidos”, num contexto de crise preocupante. A crítica certeira de Guilherme d'Oliveira Martins foi dirigida ao líder da oposição, Luís Marques Mendes, a quem responsabilizou, no passado dia 19, por ter partilhado com o executivo de Durão Barroso o discurso catastrofista e a desgovernança sistemática que levaram o país à divergência económica face à União Europeia.

O deputado socialista, ao intervir no plenário da Assembleia da República, afirmou que não é uma meta socialista ser “a auditoria de governos passados”, porque “O PS põe o interesse de Portugal em primeiro lugar”. Mas, ressaltou, “não é preciso sequer lembrar os números da nossa conjuntura económica para concluir que a sobrançeria de 2002 escondeu uma grande incapacidade e escondeu muitos erros” e “o descalabro tem rostos, tem responsáveis”, denunciou, condenando a manobra argumentativa tentada nos últimos dias pelo presidente do PSD.



“Ouvimos Marques Mendes, como se não tivesse sido face visível da última governação, como se acabasse de regressar de Marte, pedir tudo: um orçamento rectificativo, como se não tivesse votado o que está em vigor. A solicitar medidas urgentes, como se não tivesse sido o seu governo o autor do que está em vigor”, observou, descrevendo a atitude como “a suprema ironia e a supina contradição”. Apontando “os rostos do descalabro”, o deputado socialista disse que os resultados de três anos de coligação PSD/PP estão à vista e remeteu para os relatórios do Banco de Portugal para a formal constatação do facto de que “não houve consolidação das finanças públicas”.

“Apesar do recurso frequente às receitas extraordinárias os défices orçamentais não foram reduzidos”, frisou, acrescentando eu “essas drogas se revelaram contraproducentes, geraram habituação, iludiram o mal e agravaram a doença”. Insistindo no sentido cívico e patriótico que exige “contrapor serenidade, competência e confiança aos discursos negativos e à intolerância dos falsos justiceiros”, Guilherme d'Oliveira Martins

avisou: “Não nos peçam que façamos nosso o programa e as prioridades de outros. Temos uma agenda, temos um programa, a que somos fiéis. Temos compromissos que saberemos cumprir, com sentido de responsabilidade”.

Segundo o parlamentar socialista, o crescimento económico, o emprego e a consolidação das contas públicas são, por esta ordem, as prioridades do PS, tendo como pano de fundo as pessoas e as políticas sociais.

Confiante em que os portugueses saberão compreender a linguagem de verdade, o deputado salientou o sentido de responsabilidade que tem sido demonstrado pelos parceiros sociais – “conhecedores da situação e cientes de que só o rigor poderá fazer-nos regressar à convergência social com os parceiros europeus”, terminou com uma mensagem de esperança e de mobilização para “o combate pacífico do desenvolvimento”. “Se há quem esteja tão preocupado com a urgência das medidas para o País, ficamos a esperança de que quem reclama apoiar as medidas justas de que Portugal precisa”, concluiu. **M.R.**

## TITULARIZAÇÃO DE CRÉDITOS

## CRAVINHO QUER SABER QUAIS OS CUSTOS REAIS

O deputado socialista João Cravinho questionou o ministro das Finanças sobre a cessão de créditos do Estado e da Segurança Social ao Citigroup. Num requerimento apresentado na mesa da Assembleia da República, João Cravinho aponta as notícias divulgadas pela Imprensa segundo as quais o Estado já foi obrigado a substituir 1148 milhões de euros das dívidas inicialmente cedidas ao Citigroup, por se ter chegado à conclusão de que estas não existiriam, estando já a penalizar a execução orçamental do presente ano e o mesmo fará à dos próximos anos.

Na explicação de motivos, Cravinho refere que ainda de acordo com a imprensa escrita, a cobrança de créditos fiscais e da segurança social vendidos ao Citigroup está a ser feita a “um ritmo lento e abaixo das expectativas”, pois até 28 de Fevereiro passado “só tinham sido cobrados 512 milhões de euros quando, de acordo com o estudo do IDEFE que serviu de base à avaliação dos créditos cedidos, o montante esperado da cobrança até essa data seria de 754 milhões de euros”. Para o deputado socialista, estes dados da cobrança “contrariam a informação prestada pelo ex-ministro das Finanças Bagão Félix a um matutino, em 5 de Agosto de 2004, segundo as quais



naquela data o Citigroup já teria arrecadado 650 milhões de euros, sendo que 500 milhões de euros correspondiam a dívidas fiscais e 150 milhões de euros a dívidas à segurança social”.

Por outro lado, adianta João Cravinho, “ainda não se conhecem quais os custos que o Estado português já suportou com esta operação e quais os que ainda vai ter de incorrer, pois a informação até agora divulgada pelo Citigroup não abrange todo o período decorrido desde 1 de Outubro de 2003”.

Por isso, “dada a necessidade de uma

cada vez maior transparência nas contas públicas e nos negócios efectuados pelo Estado português”, o deputado socialista quer saber “quais os custos que o Estado já incorreu com esta operação”, “qual o montante de créditos anulados e dos créditos substituídos” e “qual o montante de créditos fiscais e da segurança social já arrecadados, por imposto e por mês, e quais as razões que explicam estarem muito abaixo das expectativas, quer do contrato assinado com o Citigroup quer do ‘cenário baixo’ do IDEFE”. **J.C.G.B.**

## TÚNEL DE CEUTA

## ILEGALIDADE DA OBRA JUSTIFICA EMBARGO

O embargo ao prolongamento do túnel de Ceuta, no Porto, fundamenta-se no facto da obra ser “ilegal e desrespeitar o património edificado e imóvel”, afirmou Isabel Pires de Lima para em seguida sublinhar que enquanto ministra da Cultura saiu “em defesa do interesse público e do património”, numa alusão clara Museu Soares dos Reis que se situa junto da polémica obra.

Esta declaração foi prestada perante os deputados da Comissão de Educação, Cultura e Ciência, onde Isabel Pires de Lima apresentou o programa de Governo para a área da cultura. Ainda sobre este ponto, afirmou que a decisão do embargo, tomada no início do mês, “decorreu da impossibilidade de prosseguir o diálogo com a Câmara Municipal do Porto”. A ministra da Cultura informou também que o IPPAR do Porto, “enquanto entidade fiscalizadora de uma obra embargada, apresentou uma queixa-crime contra a autarquia “por incumprimento dos normativos legais”. Sobre o futuro da Casa da Música, o secretário de Estado da Cultura, Mário Vieira de Carvalho, revelou que “dentro de duas ou três semanas deverá haver uma solução quanto ao modelo de gestão”.



# PLANO EXTRAORDINÁRIO DO GOVERNO PARA ENFRENTAR CRISE ORÇAMENTAL

Combate à fraude e evasão fiscais, promoção da equidade fiscal, requalificação dos benefícios fiscais, equidade e sustentabilidade da segurança social, reestruturação da administração pública e sustentabilidade dos serviços públicos são as seis áreas principais do Plano de Consolidação das Finanças públicas aprovado, no passado dia 30, em Conselho e Ministros extraordinário. O Governo prossegue assim as medidas de emergência face à apresentação de um défice orçamental na ordem dos 6,8 por cento, conhecida mediante a divulgação dos resultados do Relatório Constâncio. Na mesma ocasião, os ministros prosseguiram com a preparação do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) entre 2005 e 2009, que foi apresentado pelo titular da pasta das Finanças, Luís Campos e Cunha, na Assembleia da República no dia 1 de Junho.

Sobre o PEC, que será submetido à aprovação do Parlamento no próximo dia 9, Campos e Cunha referiu que uma das metas é chegar "a 2008 com um défice inferior a três por cento".

"Termos finanças públicas sãs é uma condição essencial para a nossa economia", declarou o governante durante a conferência de imprensa que se seguiu à reunião do Conselho de Ministros, ocasião em que também adiantou que entregará até ao final do ano na Assembleia da República uma proposta para consagrar a divulgação pública dos rendimentos de cada contribuinte em sede de IRS.

A medida consta do plano de consolidação das finanças e visa combater a fraude e evasão fiscais.

No âmbito do OE para 2006, Campos e Cunha prometeu também a adopção de medidas de incentivo à poupança, "que superem o vazio decorrente da revogação de benefícios fiscais em sede de IRS.



De acordo com o ministro das Finanças, o Executivo apresentará dentro de três meses uma proposta na Assembleia da República para divulgar o nome das empresas que tem dívidas fiscais ou contributivas de montantes elevados. Nessa proposta, acrescentou, vai ainda constar um pedido de autorização para que seja publicitado o nome das

empresas que pagam mais impostos e contribuições.

A partir do final do primeiro trimestre de 2006, o Governo começará anualmente a apresentar no Parlamento um relatório com os resultados dos efeitos da medida de levantamento do sigilo fiscal para empresas e contribuintes singulares considerados de maior risco.

Dentro de 90 dias, o Executivo do PS procederá à reposição do imposto de selo em situações de doação de valores monetários e apresentará a prazo na Assembleia da República a proposta para a criação de um novo escalão de 42 por cento de IRS para contribuintes com rendimentos superiores a 60 mil euros ano — uma das principais medidas anunciadas

por José Sócrates no Parlamento.

A medida para eliminar a alegada arbitrariedade de reduzir a percentagem do lucro tributável das instituições de crédito e sociedades financeiras da zona franca da Madeira será incluída na proposta de Orçamento do Estado para 2006, assegurou Campos e Cunha.

Também no âmbito do orçamento do próximo ano, o Governo avançará com a eliminação das taxas reduzidas das contribuições patronais para a Caixa Geral de Aposentações.

Sem prazo pré-definido, o Governo prevê igualmente aumentar de um para 1,5 salários mínimos nacionais o mínimo de desconto dos trabalhadores independentes.

## Reestruturação ministerial até 2006

Luís Campos e Cunha anunciou ainda que o Executivo de José Sócrates quer concluir a reestruturação dos ministérios até ao final de 2006 e admitiu a possibilidade de extinção de serviços públicos, excluindo contudo a hipótese de haver despedimentos.

Na reunião do passado dia 30 de Maio, o Conselho de Ministros deu também aval a um decreto que estabelece que os presidentes das Comissões de Coordenação das Comissões Regionais (CCDR) voltam a ser nomeados apenas pelo Governo, acabando deste modo com a regra em vigor e que fazia depender a nomeação da intervenção dos respectivos conselhos regionais.

Em declarações aos jornalistas, o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, referiu que essa norma que agora se extingue "não tinha paralelo na Administração Pública e apresentava mais inconvenientes do que vantagens", além de, ressaltou, as CCDR serem "estruturas de plena responsabilidade dos governos".

## REPOSTOS INCENTIVOS FISCAIS ÀS EMPRESAS QUE INVESTEM EM INVESTIGAÇÃO

Uma proposta de lei do Governo de criação do Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE) foi aprovada no dia 19, na generalidade, sem votos contra, pela Assembleia da República.

O diploma, que terá ainda de ser discutido na especialidade, foi aprovado com os votos favoráveis do PS, PCP, Bloco de Esquerda e Partido Ecologista "Os Verdes" e a abstenção das bancadas parlamentares do PSD e do CDS-PP. A proposta de lei governamental prevê a reposição de um regime de incentivos fiscais às empresas que invistam em investigação e desenvolvimento,



deduzindo 20 por cento dessas despesas em sede de IRC e 50 por cento do acréscimo de despesas face à média dos dois anos anteriores.

Ainda de acordo com o diploma agora aprovado, o limite máximo da dedução é de 750 mil euros e o regime fiscal deverá vigorar por cinco anos.

Durante a reunião plenária do dia 19 a Assembleia da República, foi ainda aprovado, por unanimidade, um voto de pesar pelo falecimento do jornalista Jorge Perestrelo.

"Era um jornalista que não deixava ninguém indiferente", lê-se no voto de pesar, apresentado pelo PS.

www.  
ps.  
pt



## SECTOR TÊXTIL

## EXECUTIVO PREPARA PROGRAMAS DE APOIO À INDÚSTRIA PORTUGUESA

O ministro da Economia anunciou no dia 18, no Parlamento, programas de apoio à indústria têxtil portuguesa, cujas dificuldades se acentuaram depois da abertura do mercado às exportações chinesas.

Entre as medidas anunciadas por Manuel Pinho está a reconversão do programa Dinamo (criado para a promoção das marcas portuguesas) para o dirigir para o têxtil, especificamente nos eixos da imagem e internacionalização, da formação e inovação e do desenvolvimento em termos de materiais e tecnologia.

O ministro referiu ainda o programa AGIIRE, que terá como objectivo "ajudar empresas com dificuldades temporárias", particularmente as do sector têxtil e vestuário, com a colaboração dos ministérios do Trabalho e das Finanças.

Do lado da bancada socialista, o deputado Braga da Cruz elogiou a acção do Executivo na defesa da aplicação das cláusulas de salvaguarda a alguns produtos têxteis provenientes da China, dizendo que "o que poderia ter sido feito foi o que o Governo fez".

E sustentou que, para haver comércio livre, "é necessário que os direitos aduaneiros estejam ao mesmo nível, que a China cumpra as regras em funcionamento no plano financeiro, no respeito pelos direitos da propriedade intelectual e na obediência a outros compromissos assumidos no tratado".

Já o seu colega de bancada, o deputado Maximiano Martins, realçou o empenho do Governo na activação das cláusulas de salvaguarda por parte da União Europeia, num processo que é "essencialmente de âmbito externo", e defendeu a necessidade de parcerias público/privado, e de uma aposta das



empresas na inovação para aumentar a competitividade.

"As políticas públicas devem apoiar de forma pró-activa os segmentos mais dinâmicos do sector têxtil. Mas não podem ignorar as empresas que desenvolvem estratégias centradas na subcontratação, ou mesmo aquelas empresas incapazes de afirmar estratégias autónomas e ganhadoras", afirmou.

Para estas últimas, "face aos riscos iminentes" decorrentes da "globalização" e da "concorrência" dos produtos provenientes de países de baixos custos de mão-de-obra, considerou "indispensável" a promoção de "políticas sociais activas" para os trabalhadores das empresas em dificuldade e a implementação de "programas de acompanhamento".

Por sua vez, o deputado do PS Miguel Laranjeiro apresentou um projecto de

resolução que recomenda ao Governo a adopção de medidas de reestruturação do sector têxtil, sugerindo o reforço das políticas de emprego e formação e a promoção das novas tecnologias na indústria.

E reafirmou que "o PS está na linha da frente de um combate por um sector que é extremamente relevante para a nossa economia", sublinhando que "o têxtil de futuro, tem futuro".

No encerramento do debate sobre o sector têxtil, o ministro Manuel Pinho explicou aos deputados que a "aprovação imediata" das cláusulas de salvaguarda implicaria passar por cima dos tratados internacionais".

Manuel Pinho garantiu, no entanto, o empenho do Governo para que a activação das cláusulas seja alargada a 21 produtos têxteis e de vestuário e não apenas aos nove já identificados.

## ZORRINHO VAI COORDENAR APLICAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE LISBOA



O deputado do PS Carlos Zorrinho vai assumir as funções de coordenador para o acompanhamento da aplicação da Estratégia de Lisboa em Portugal. O anúncio foi feito pelo primeiro-ministro, José Sócrates, no dia 19, na sessão que assinalou os dez anos do Centro de Informação Europeia Jacques Delors, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa.

Aprovada na presidência portuguesa da União Europeia, em 2000, durante o Governo de António Guterres, a Estratégia de Lisboa tem como objectivo central transformar o espaço comunitário na economia mais competitiva do mundo, no quadro de uma forte aposta na sociedade do conhecimento e informação e na qualificação das pessoas.

Segundo o primeiro-ministro, a negociação das perspectivas financeiras da União Europeia (para o período 2007/2013) é "outra das prioridades nacionais em matéria europeia".

E reiterou que "a componente da coesão tem de ser um dos pilares da União Europeia, porque a ideia de coesão sempre foi um projecto generoso da União Europeia".

Ainda de acordo com o primeiro-ministro, outra das prioridades de Portugal passará pela ratificação do Tratado Constitucional da União Europeia, através de um referendo, "que deverá realizar-se em Outubro, em simultâneo com as eleições autárquicas".

É que, sustentou, "o projecto europeu é central para o desenvolvimento e afirmação externas de Portugal".

Na sua intervenção, José Sócrates voltou a rejeitar uma visão pessimista sobre a forma como tem evoluído a União Europeia ao longo dos últimos anos. "Recuso a ideia de que a União Europeia tenha andado a arrastar os pés. Temos agora uma moeda única, fez-se o alargamento da União Europeia a 25 Estados-membros e avançou-se para a ratificação do Tratado Constitucional da União Europeia", disse.

## CRISTINA GRANADA DEFENDE ARTICULAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE LISBOA COM PEC

É preciso articular a "nova" Estratégia de Lisboa com o "novo" Pacto de Estabilidade e Crescimento e com a nova perspectiva do novo quadro financeiro para 2007-2013, defendeu a deputada socialista Cristina Granada, na 33ª conferência das Comissões de Assuntos Comunitários e Europeus dos Parlamentos da União Europeia (COSAC), que decorreu de 16 a 18 de Maio no Luxemburgo.

Segundo sublinhou Cristina Granada, se a Europa pretende aumentar o seu potencial de crescimento face aos seus maiores concorrentes directos, o Japão e os EUA, terá de "apostar no crescimento duradouro que crie mais e melhor emprego" e que, por sua vez, "garanta a manutenção da coesão económica e social, assim como o aumento de investimento em inovação

e desenvolvimento".

Por outro lado, acrescentou, "importa implementar o plano de acção tecnológico ambiental da União e promover a criação de pontes entre pólos de inovação, circulação de cientistas e a criação de um instituto europeu tecnológico para a atracção de cérebros que contribuam para o desenvolvimento empresarial do espaço europeu".

**Controlo da execução orçamental da União**

Já o deputado socialista Armando França, que também participou nesta reunião da COSAC, sustentou que os parlamentos nacionais devem ter a possibilidade de "acompanhar de perto" a execução do Orçamento da União.



Em articulação com o Parlamento Europeu, a Comissão e o Tribunal de Contas da União, Armando França considerou "importante" que os parlamentos nacionais possam efectuar uma fiscalização à execução do Orçamento da União, de modo a que, por um lado, "os cidadãos nacionais possam ter mais e melhor informação" sobre esta matéria e, por outro lado, se "possa dar contributos para uma efectiva e eficiente" execução orçamental.

Além disso, salientou, este acompanhamento do Orçamento da União pelos Parlamentos nacionais, permitirá atingir-se "melhores índices de transparência, de publicidade e de rigor orçamental, indispensáveis para a consolidação do processo de construção europeia".

## AUMENTAR PODERES DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS



“Queremos ganhos de controlo e fiscalização que vão ao ponto de valorizar a moção de censura” e “leva às últimas consequências, com a sanção da dissolução, as câmaras que obstem a um exercício transparente”, afirmou no dia 19 o deputado socialista Luís Pita Ameixa, no Parlamento, em defesa do projecto do PS que propõe um aumento dos poderes de fiscalização das assembleias.

PCP e BE, que estiveram em desacordo quanto à alteração dos executivos autárquicos proposta pelo PS, subscreveram a necessidade, defendida pelos socialistas, de reforçar as competências das assembleias municipais. O projecto de lei do PS, que mereceu o voto contra do PSD, estabelece que “a aprovação de uma moção de censura tem como consequência a destituição dos vereadores da câmara municipal” e que nesse caso “o presidente da câmara submete a nova composição do órgão executivo”. Os socialistas propõem ainda que “se estabeleça como causa de dissolução e perda de mandato” dos executivos das câmaras “a recusa à assembleia municipal da prestação de informações e documentos necessários ao exercício da competência de fiscalização”.

## COMBATER SÍNDROMA DO EDIFÍCIO DOENTE



Um projecto de resolução em que se recomenda ao Governo que “legislem com carácter de urgência” no sentido de criar um novo regime jurídico que assegure a qualidade do ar no interior dos edifícios foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A iniciativa, cujo primeiro subscritor é o deputado Renato Sampaio, lembra o recente estudo da Deco sobre a qualidade do ar nos

hospitais, segundo o qual foi detectada em diversas unidades de saúde a bactéria que provoca a “doença do legionário”.

Os deputados da bancada socialista recordam ainda os estudos feitos em Portugal e no estrangeiro, que apontam para um elevado número de edifícios afectados pelo “síndrome do edifício doente”. E alertam estar-se perante “um síndrome com uma capacidade de expansão extraordinária, que a todos afecta directamente”, que se pode revelar, “pela sua complexidade, propagação e consequências, como uma doença das mais graves do futuro”.



## JORNADAS PARLAMENTARES DE FARO

# DESENVOLVIMENTO E SOLIDARIEDADE ENTRE GERAÇÕES EM ANÁLISE



O “desenvolvimento e solidariedade entre gerações” vai ser o tema das jornadas parlamentares do PS, agendadas para 17 e 18 de Junho, em Faro, que contarão com a presença dos ministros do Trabalho e das Finanças. Segundo anunciou o vice-presidente da bancada parlamentar socialista José

Junqueiro, o ministro do Trabalho e da Segurança Social, Vieira da Silva, abrirá as jornadas, dia 17 de manhã, seguindo-se um debate sobre “as políticas sociais e laborais”. Na manhã do dia 18, intervirá o ministro de Estado e das Finanças, Luís Campos e Cunha, que será depois interpelado

pelos deputados socialistas sobre “o contexto económico-financeiro do país” e a estratégia de consolidação orçamental. Os trabalhos serão encerrados no mesmo dia, à tarde, pelo primeiro-ministro e secretário-geral do PS, José Sócrates.

## SUBSÍDIO DE MATERNIDADE E PATERNIDADE

# ALTERAÇÕES AO ACTUAL REGIME NÃO SÃO PARA JÁ

A “situação grave” do país foi invocada pelo PS para rejeitar uma mudança imediata do regime do subsídio de maternidade e paternidade, que previa o pagamento de 100 por cento do salário nas licenças de quatro e cinco meses.

No debate parlamentar de apreciação do regime de licença por maternidade e paternidade, a deputada socialista Maria José Gamboa justificou a impossibilidade de alterar já a lei com “a actual situação grave” que o país atravessa em termos financeiros, admitindo “um sentimento de amargura”.

No entanto, a deputada socialista garantiu que o Governo pretende mexer este regime jurídico “a curto prazo”, explicando que esta matéria será tratada em sede de concertação social no âmbito da revisão do Código do Trabalho elaborado pelo anterior Governo.

Na sua intervenção, Maria José Gamboa fez ainda questão de lembrar que o actual Governo, no seu programa, propõe-se assumir “a importância da partilha de responsabilidades familiares entre homens e mulheres, nomeadamente valorizando de igual modo a maternidade e a paternidade, como condição essencial ao desenvolvimento económico e social e à qualidade de vida da nossa sociedade”.

E ainda “fazer depender a utilização do 5º mês da licença de maternidade e paternidade em proporção do tempo



partilhado entre os pais e as mães nos quatro meses anteriores”.

### Associações de defesa dos utentes da saúde

Entretanto, também no dia 27, no Parlamento, PS e Bloco de Esquerda apresentaram iniciativas legislativas

destinadas a enquadrar juridicamente as associações de utentes do sector da saúde, propostas que mereceram o apoio do PCP e críticas de PSD e CDS-PP. “A Assembleia da República deve criar condições para que fique institucionalizada a via do diálogo social e da participação num sector como a saúde”, defendeu o deputado socialista Luís Carito.

# FIM DAS AMBIGUIDADES NO FUNCIONAMENTO DO ICN

Para acabar com a ambiguidade no funcionamento do Instituto de Conservação da Natureza (ICN) gerada pela decisão do anterior Governo de coligação ao legislar num sentido em que o processo de nomeação dos dirigentes passou a depender de parecer vinculativo das câmaras municipais, o Conselho de Ministros aprovou um decreto que retira às autarquias este poder de emitir pareceres vinculativos sobre a nomeação de dirigentes dos serviços centrais e locais do ICN e repôs o regime que vigorou até Outubro de 2002.

Para o ministro do Ambiente, que falava aos jornalistas, a medida do Executivo de Durão Barroso era "algo de peculiar que não facilitava a unidade de acção administrativa".

Questionado à saída da reunião do Governo do passado dia 19 sobre a situação financeira do ICN, Nunes Correia assegurou que a tutela "está a prestar grande atenção a este assunto, porque nos últimos dois anos esse instituto foi alvo de agressões inqualificáveis ao seu normal funcionamento".

"Estamos perante uma matéria complexa, que não se redefina em meia dúzia de semanas, mas, até ao final do corrente ano, o Executivo tomará medidas de fundo em relação a esse instituto", garantiu o ministro.

Nesta reunião do Conselho de Ministros, foi também dada luz verde a uma resolução que determina a revisão do Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e de Pedrógão, processo que o Executivo quer concluir em seis meses e que será atribuído a uma comissão mista sob a coordenação do Instituto da Água. Segundo o titular da pasta do Ambiente, há três anos foi definido um plano de



ordenamento das duas referidas bacias, tendo em vista "acautelar focos de pressão" em relação a mais de 100 quilómetros de frente de lago.

"Como no início de 2002 o processo se encontrava em fase preliminar, ficou previsto que, até 2005, se procederia a uma revisão do plano de ordenamento", salientou durante a conferência de imprensa, onde referiu ainda que as duas zonas enquadram-se numa "área sensível dos pontos de vista do património ambiental e paisagístico", pelo que "não deverão ser alteradas sem a existência de um plano de ordenamento eficaz".

Já para permitir a diferenciação e a identificação de unidades navais pertencentes à Armada portuguesa e à Polícia Marítima nacional, o Governo aprovou um decreto que altera a legislação de 1981 e passa a definir o estatuto dos navios e embarcações da Marinha portuguesa que, "pelas suas características, não devem ser consideradas como unidades navais da Armada".

Na óptica do Executivo do PS, o diploma "cria um novo elemento de identificação para as unidades auxiliares atribuídas à Polícia Marítima", visando "permitir a sua

identificação inequívoca na consecução das acções de fiscalização e vigilância dos espaços marítimos sob jurisdição nacional".

O comunicado do Conselho de Ministros refere que o Governo "partiu da constatação de que as unidades atribuídas à Autoridade Marítima constituem um dos meios mais utilizados pelos agentes da Polícia Marítima para o desenvolvimento das respectivas acções de fiscalização". Por essa razão, estas embarcações, "para além de ostentarem a palavra «Marinha», passarão também a ter inscritas as

palavras «Polícia Marítima» em nome da clarificação no âmbito da sua actividade".

## Indemnizações para agentes de segurança

Entretanto, para auxiliar os agentes de segurança vítimas de invalidez permanente ou morte e/ou as respectivas famílias, o Executivo socialista estabeleceu um regime compensatório no âmbito do qual as indemnizações fixar-se-ão entre 150 e 250 salários mínimos nacionais.

De acordo com o ministro de Estado e da Administração Interna, poderão ser beneficiários desta medida os polícias de segurança pública, militares da Guarda Nacional Republicana, elementos da Polícia Marítima, Serviços Estrangeiros e corpo da guarda prisional. António Costa adiantou que o diploma terá efeito retroactivo a Agosto de 2004, o que já abrangerá os três agentes da PSP falecidos em confrontos no concelho da Amadora.

Na reunião do passado dia 19, o Governo procedeu igualmente à transposição para o ordenamento jurídico nacional de uma directiva do Conselho Europeu relativa a medidas contra a febre aftosa, tendo como objectivo "melhorar a situação sanitária do efectivo pecuário, promovendo a rentabilidade da pecuária e facilitando as trocas comerciais de animais e produtos de origem animal". Assim, o decreto aprovado em Conselho de Ministros estabelece medidas de luta contra a febre aftosa, "permitindo a optimização dos processos de controlo e luta contra a doença e a articulação dos procedimentos dentro da União".

# ANTÓNIO COSTA QUER LIBERTAR POLÍCIAS DOS ACIDENTES SÓ COM DANOS MATERIAIS

"Não vamos poder contar com mais meios, portanto temos de usar melhor os que temos", afirmou o ministro da Administração Interna, para justificar a intenção do Governo de pretender libertar os efectivos policiais dos acidentes rodoviários em que apenas se registem danos materiais.

António Costa, que falava, no dia 19, numa sessão da Assembleia da República dedicada a perguntas sectoriais ao Governo, considerou "desaconselhável" a intervenção de efectivos policiais nestes acidentes, devido à escassez de elementos das forças de segurança disponíveis.

"Só devem intervir em acidentes onde haja crime ou suspeita de crime, danos pessoais ou homicídio negligente ou involuntário", frisou.

O ministro de Estado e da Administração Interna anunciou ainda que outra medida para libertar efectivos policiais para os problemas críticos da segurança rodoviária, será "credenciar legalmente"

as redes de vídeo-vigilância das auto-estradas, possibilitando a utilização das imagens recolhidas como prova contra as ilegalidades cometidas nas estradas. Considerando positivos os primeiros dados sobre a aplicação do novo Código da Estrada, António Costa aproveitou para anunciar aos deputados que, nas próximas duas semanas, estará concluído todo o trabalho regulamentar deste diploma.

Questionado pelo deputado socialista Marques Júnior, o ministro da Administração Interna garantiu ainda que, até ao final do ano, será tomada uma decisão sobre a reestruturação das forças de segurança.

"É preciso clarificar qual o papel efectivo das forças de segurança de natureza civil, das forças de segurança militares e das Forças Armadas na segurança interna", defendeu.

Quanto aos incêndios florestais, António Costa prometeu uma avaliação do actual



sistema apenas para depois do Verão e anunciou a aquisição, por ajuste directo, de seis novos aviões ligeiros e quatro aviões médios terrestres, que deverão estar operacionais a partir de Julho.

Sem efeito ficou um concurso lançado pelo anterior Governo, de aluguer de seis helicópteros pesados, por o consórcio vencedor (único concorrente) ter apresentado uma proposta com um custo 93 por cento superior ao do ano anterior. "O Estado não se pode deixar chantagear só pela necessidade de combater os incêndios", afirmou.

Questionado pelo PSD, CDS-PP e BE sobre a política de imigração, o ministro da Administração Interna assegurou que não irá ser desencadeado um novo processo de regularização extraordinárias, mas anunciou que foram assinados protocolos com as câmaras municipais, tendo em vista resolver os problemas de congestionamento do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

## ELEIÇÕES NO DEPARTAMENTO DE MULHERES SOCIALISTAS

## SÓNIA FERTUZINHOS RECANDIDATA-SE E LANÇA AGENDA PARA A IGUALDADE

A camarada Sónia Fertuzinhos quer continuar a presidir ao Departamento Nacional das Mulheres Socialistas (DNMS) para torná-lo um instrumento de intervenção “mais forte, aberto, criativo, livre e solidário” e para consolidar o trabalho desenvolvido ao longo do primeiro mandato.

Na sessão de apresentação pública do seu manifesto eleitoral, intitulado “Juntas tudo é possível”, a líder das mulheres do PS lançou uma nova agenda para o departamento, destacou três mensagens no feminino, avançando ainda com os objectivos fundamentais de “uma recandidatura que se apoia na certeza de que a igualdade é uma condição de desenvolvimento”.

Foram nove os temas propostos para um futuro debate aberto: combate ao desemprego das mulheres, promoção dos direitos sexuais e reprodutivos, igual valorização social da maternidade e da paternidade, reforço da conciliação da vida profissional com a vida familiar, investimento nos serviços de apoio à primeira infância, extensão dos horários no ensino básico, participação equilibrada de mulheres e homens no sistema político, erradicação da violência doméstica e, por fim, promoção de políticas de igualdade nas autarquias.

“Unir, ser parte e construir” serão, pois, as traves-mestras da estratégia interna

do DNMS se a lista A, encabeçada pela também deputada socialista na Assembleia da República, sair vencedora no sufrágio dos dias 3 e 4 de Junho, conforme garantiu a própria Sónia Fertuzinhos, após um breve balanço da obra realizada ao longo de dois anos.

“Cumprimos o que prometemos e alcançamos as metas da dinamização, da participação e da renovação”, afirmou categórica, manifestando ter todas as razões para pedir de novo a confiança das militantes.

O primeiro mandato no DNMS foi marcado – lembrou – pela “proximidade das militantes, das estruturas do partido e da sociedade”, pelo “aumento visível da participação feminina na política” e pela “definição de estratégias de desenvolvimento baseadas na igualdade de género”.

Assim, “mostramos que o departamento não só é possível, mas também e sobretudo que vale a pena”, acrescentou, passando a elencar os reptos que assumirá no segundo mandato. Entre esses desafios, Sónia Fertuzinhos assume o compromisso de dar um forte contributo durante as campanhas para as eleições e os referendos que se aproximam.

“No caso particular da consulta pública sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez vamos criar núcleos temporários de mulheres e



homens que mobilizem as bases e que se insiram num amplo movimento nacional pelo sim”, prometeu a candidata.

Dinamizar uma área de reflexão e proposta, no âmbito das Novas Fronteiras, que sirva de polo de referência na promoção e apoio da renovação das políticas de igualdade e concluir a rede de departamentos federativos de mulheres em todas as distritais são outros objectivos a cumprir durante mais dois anos à frente do DNMS.

**O desafio autárquico é decisivo**

Um momento de crucial importância para afirmar a participação feminina em contexto de igualdade de oportunidades é, para Sónia Fertuzinhos, as eleições autárquicas de Outubro, “altura em que temos de exigir com rigor que sejam cumpridos os 33 por cento de mulheres nas listas das candidaturas municipais socialistas”.

Perante dezenas de apoiantes reunidas na sede nacional do PS, Sónia Fertuzinhos

salientou que se apresenta nestas eleições com “uma lista que quis integrar, e conseguiu, camaradas que participaram nas quatro candidaturas de 2003”, porque, frisou, a “união deve ser a nossa força”.

Mas Sónia Fertuzinhos projecta igualmente afirmar o departamento que lidera como “uma parte que conta no PS”. Para “apoiar o Governo, a maioria parlamentar e o partido na mudança que o país precisa e nas próximas batalhas eleitorais temos que dar o nosso contributo”, a líder do DNMS apelou à mobilização e à participação, apontando de seguida como meta final “a construção de organização social fundada na partilha equitativa de direitos e deveres entre mulheres e homens”, dando, assim, “mais força à ambição da igualdade”.

Presente na sessão de apresentação do manifesto eleitoral da Lista A, Leonor Coutinho manifestou o seu apoio a Sónia Fertuzinhos “pelos progressos visíveis no departamento e no PS”.

É verdade que a união faz a força, mas a força das mulheres socialistas ainda é muito fraca e por isso é imperativo continuar a lutar”, vincou a deputada socialista, para quem é essencial “promover uma mobilização geral das mulheres para as autárquicas, uma vez que esse será um combate essencial para a causa da igualdade”.

MARY RODRIGUES

## EDUCAÇÃO

## SOCIALISTAS QUEREM ESCOLA BÁSICA PÚBLICA EM SOALHÃES

Está ou não o Ministério da Educação em condições de assegurar a construção de uma Escola Básica 2+3 de natureza pública na freguesia de Soalhães, concelho de Marco de Canaveses, ou pondera em alternativa autorizar a criação de um estabelecimento do mesmo nível de ensino, mas privado? Este o esclarecimento que José Luís Carneiro pede à ministra da tutela, num requerimento onde também questiona Maria de Lurdes Rodrigues sobre o calendário para início das obras.

No documento entregue na Assembleia da República no passado dia 18 de Abril, o deputado socialista recorda que as gentes de Soalhães reclamam há muito este equipamento social, considerando-o “fundamental” para a fixação de habitantes na localidade e para a melhoria das condições de vida da população estudantil ali residente.

“Após terminarem o 1º ciclo, os jovens de Soalhães passam a frequentar o Ensino Básico Mediatizado (antiga telescola), sistema que se manifesta claramente desajustado e inadequado às necessidades de ensino da actualidade ou, em alternativa, frequentam os 2º e 3º ciclos em escolas em Marco de Canaveses já de si sobrelotadas e sem capacidade de resposta adequada, com enormes prejuízos decorrentes das inerentes deslocações, que podem nalguns casos atingir as 3 horas”, lê-se no texto subscrito pelo parlamentar do PS, para quem esta situação “põe em crise a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino e à educação”, podendo mesmo “funcionar como incentivo ao abandono escolar”.

José Luís Carneiro alerta ainda a titular da pasta da Educação do Executivo socialista para o facto da aspiração da população de Soalhães em torno da construção de uma escola pública se tornar ainda mais legítima “a partir do momento em que diversos Orçamentos de Estado (2002, 2003 e 2005) previram verbas em PIDDAC destinadas a tal investimento, pedindo à tutela um atempado esclarecimento sobre a sua posição nesta matéria. M.R.

## PLENÁRIOS DE MILITANTES POR TODO O PAÍS

Com o objectivo de explicar e debater as recentes medidas do Governo para combater o défice das contas públicas, decorrem plenários de militantes em vários pontos do país, com a presença de dirigentes socialistas.

O primeiro plenário tem lugar dia 2, no Hotel Altis, em Lisboa, com a presença de Pedro Silva Pereira. No dia 3, António Costa participa no plenário de militantes no Porto, no Hotel Tuella, mais a Sul, em Setúbal, na Albergaria Lai Tao, está presente o secretário-geral José Sócrates, e em Aveiro, no Parque de Feiras e Exposições, o orador convidado é Vieira da Silva. Ainda no dia 3, decorrem plenários de militantes na FRO (auditório municipal de Torres Vedras), com João Cravinho; na Guarda (Junta de Freguesia de S. Miguel), com Ana Paula Vitorino; em Castelo Branco (Escola Superior de Educação), com Mário Lino; em Braga (auditório dos Bombeiros Voluntários de Famalicão), com Alberto Martins; em Leiria (auditório da Escola Superior de Educação), com Alberto Costa.

No dia 4, sábado, realizam-se plenários de militantes em Faro (Escola de Hotelaria e Turismo), com a presença de Luís Amado; Coimbra (Pavilhão ACIC), com Almeida Santos; Portalegre (Escola



Superior de Educação), com Fernando Serrasqueiro; Santarém (auditório do IPJ), com Correia de Campos; e Viana do Castelo (Centro Cultural de Paredes de Coura), com Carlos Lage.

No dia 5, têm lugar plenários de militantes do Baixo Alentejo, no Parque das Merendas de Almodôvar, com a presença de Marcos Perestrello, e em Évora (Hotel Cartuxa), com Jorge Coelho.

## MADEIRA

# SOCIALISTAS CONFIANTES NA MUDANÇA DO PANORAMA AUTÁRQUICO REGIONAL

"A Madeira está a mudar e a mudança é irreversível". Esta a convicção expressa por Jorge Coelho na apresentação pública das candidaturas socialistas às câmaras da Região Autónoma da Madeira, ocasião em que desafiou Alberto João Jardim a "não ter medo" e aceitar a proposta socialista de limitação de mandatos para cargos executivos.

Ao saudar, no Funchal, os candidatos do PS-M aos 11 concelhos da Região por "darem a cara pelo nosso partido num combate por uma sociedade mais justa e livre na Madeira", Coelho manifestou em particular a sua confiança na vitória eleitoral de Carlos Pereira, o economista independente que, segundo afirmou, "vai protagonizar uma grande mudança" no principal município do arquipélago – o Funchal.

O dirigente do PS fez chegar uma mensagem de solidariedade do partido na luta pela mudança na Madeira e apontou como sinal de esperança a eleição pelo círculo eleitoral regional de três deputados socialistas para a Assembleia da República.

Por seu turno, e reforçando as ideias avançadas pelo coordenador autárquico nacional, o líder dos socialistas madeirenses salientou que a aposta do PS-M para as eleições de Outubro consubstancia "uma nova visão de poder local, com autarcas ao serviço das populações, implacáveis com a corrupção, que se apresentam com dinamismo, ideias e projectos para os respectivos concelhos e que garantem uma gestão rigorosa e transparente". Jacinto Serrão criticou de seguida a



pressão que o governo regional exerce sobre a Comunicação Social, defendendo o direito a uma informação plural e isenta própria de um regime democrático.

Ao apontar os "fracassos" do executivo madeirense na economia e políticas sociais, o dirigente regional explicou que estes se devem "a erros de governação, a uma má gestão dos abundantes

recursos financeiros que entravam nos cofres da Madeira, aos negócios ruinosos e às dívidas gigantescas que vão cair nas costas das gerações futuras".

Por outro lado, Serrão insistiu na necessidade de clarificação da postura assumida por Alberto João Jardim quanto às medidas anunciadas pelo

Governo da República para "tapar o buraco financeiro deixado pelo PSD", "Homem, defina-se, está contra ou a favor", inquiriu, acusando o presidente do Governo Regional de fazer "pura demagogia" ao acusar o Executivo chefiado por José Sócrates de "falta de solidariedade" para com as regiões.

A este propósito, Jorge Coelho acon-

selhou os dirigentes laranja a permanecerem "calados por uns tempos, até que os portugueses esqueçam o que fizeram ao país".

Perante largas centenas de militantes e simpatizantes, o coordenador autárquico do PS explicou algumas das "medidas duras e difíceis" que o primeiro-ministro teve de tomar para fazer face à situação grave em que se encontra Portugal devido à "irresponsabilidade" da administração da coligação PSD/PP.

Coelho afirmou que estas medidas são necessárias para conseguir o "pleno funcionamento do estado social" e que "se não fossem tomadas haveria consequências graves, pois já no final do ano as taxas de juro iriam aumentar". Voltando ao panorama autárquico regional, Jacinto Serrão apresentou formalmente os candidatos do PS-M: Carlos Pereira (Funchal), Filipe Sousa (Santa Cruz), Bernardo Martins (Machico), Adelino Silva (Santana), Nilso Jardim (Câmara de Lobos), Rui Caetano (Ribeira Brava), José Manuel Coelho (Ponta do Sol), Luís Canha (Calheta), Emanuel Câmara (Porto Moniz), João Carlos Gouveia (São Vicente) e Luísa Mendonça (Porto Santo).

O dirigente socialista da Madeira anunciou ainda que o PS-M vai fazer uma "campanha para que seja possível restabelecer a relação de confiança entre autarcas e cidadãos devido ao comportamento dos candidatos do PSD", recordando os casos dos presidente das câmaras de Santa Cruz e Ponta do Sol, detidos por causa de processos de corrupção.

## ENTREVISTA A CARLOS PEREIRA

### "DEVOLVER A CONFIANÇA AOS FUNCHALENSES"

O rosto da mudança na Câmara Municipal do Funchal chama-se Carlos Pereira. Sêrio e rigoroso, este reputado empresário do arquipélago lança-se, pela primeira vez, na batalha política como candidato do Partido Socialista.

Após a apresentação pública da sua candidatura no Congresso do PS/Madeira, o independente Carlos Pereira afirma como alicerces do seu projecto a melhoria da qualidade de vida e a devolução da confiança aos funchalenses.

#### Quais os estrangulamentos que identifica no Funchal?

Estamos neste momento a trabalhar num diagnóstico profundo da cidade do Funchal e do seu "governo". Naturalmente que já estão identificados estrangulamentos e prioridades, mas preferi apresentá-los juntamente com as respectivas soluções, na medida em que é isso que interessa às pessoas que vivem no Funchal: querem os seus problemas resolvidos, em alguns casos com intervenções de grande simplicidade

mas coerentes, justas e convenientemente implementadas.

#### Que soluções encara para os resolver?

Estamos muito envolvidos num trabalho sério e de elevada qualidade para garantir a melhor "frente" de soluções. Não existe apenas um cenário, vamos identificar os melhores cenários e propor à população do Funchal.

#### Atendendo ao quadro eleitoral autárquico de 2001 no concelho, quais as perspectivas com que se propõe defrontar o poder político instalado do PSD?

Estão, em meu entender, reunidas as condições para que a candidatura à Câmara Municipal do Funchal, pelo Partido Socialista, seja bem sucedida. Parece-me óbvio que os funchalenses depositam grande esperança numa alternativa credível e, sobretudo, adequada às vontades e desejos de uma sociedade mais justa e, por isso, com



mais qualidade de vida. O projecto que lidero encerra estes aspectos essenciais e representa a vontade da sociedade civil que hoje habita a cidade do Funchal.

#### O que o motivou para essa disputa?

Não é necessariamente uma disputa. Diria antes que se trata de um desafio que encerra uma vontade de intervenção cívica, absolutamente compatível com a minha forma de estar na vida. Considero que todos temos responsabilidades no destino dos espaços onde vivemos. Estou disponível para ajudar a melhorar a vida no Funchal, porque julgo fundamental este papel de cidadão activo que não encolhe os ombros e que assume as suas próprias responsabilidades e segue as suas convicções. A intervenção política garante uma expressão mais concreta daquilo que acreditamos, por isso aceitei este projecto onde poderei concretizar aquilo que defendo, deixando, durante um determinado período a minha vida profissional: julgo ser esta a forma mais saudável de estar na política. Além disso, considero que, em alguns contextos, pode ser refrescante e, sobretudo, elemento de motivação para os mais jovens, demonstrar a importância de exercer a condição de cidadão livre e independente, com determinação, coragem e ambição.

Se muitos praticassem este princípio estaríamos todos muito melhor.

#### Quais as principais bandeiras que tem para apresentar aos funchalenses?

Sobretudo ao nível dos princípios, designadamente do rigor, da competência, da transparência, do profissionalismo. A ideia central é a de devolver a confiança aos funchalenses, por isso é crucial acentuar que existe uma outra forma de fazer política.

#### No Congresso do PS/Madeira, Jacinto Serrão não fechou as portas a um acordo pós-eleitoral. Como encara uma possível coligação e com que força política a julga mais viável?

As matérias relativas a aspectos pós-eleitorais deverão, em meu entender, ser tratadas na altura adequada, pelo que considero prematuro me pronunciar sobre esta questão.

MARY RODRIGUES

## AMBIÇÃO PROGRAMÁTICA AUTÁRQUICA

***O Partido Socialista abriu já a porta de uma nova ambição para o Poder Local, a partir de um primeiro marco que é o Manifesto Autárquico Nacional.***

***Com base neste documento, o PS tem a obrigação de concretizar a construção de novas bases programáticas capazes de transportar o Poder Local português a novas fronteiras políticas.***

A eleição dos órgãos das Autarquias Locais deverá realizar-se, nos termos da lei, entre 15 de Setembro e 15 de Outubro do corrente ano de 2005. Compete ao Governo a sua marcação e fala-se muito na hipótese de 9 de Outubro.

A ser assim, o final do prazo para entrega, nos Tribunais, das listas de candidatura, será em meados de Agosto. O escasso tempo que falta para desenvolver todo o processo não deve ser motivo para fazer olvidar os responsáveis locais do Partido Socialista e os candidatos autárquicos da necessidade de pensarem, conceberem e discutirem as linhas programáticas a apresentar aos eleitores, pois nem só de candidatos vivem as eleições.

Passado o tempo histórico essencial de inauguração e depois de consolidação do Poder Local Democrático em Portugal, agora pode ser o momento de repensar e de avançar em novos caminhos, abrindo um novo ciclo na nossa política local.

A circunstância inédita de o Partido Socialista dispor de uma maioria absoluta no Parlamento mais apela a essa aspiração de marcar este tempo governativo.

Além dos pontos próprios do programa de realizações locais deve ser acrescentado, para as candidaturas de todo o País, o desafio de alcançarem uma visão de conjunto com os seus vizinhos autárquicos e, em particular, para os socialistas, a ousadia de apresentarem às populações uma nova visão política autárquica, como nunca foi feito até agora: a definição do território onde se revêem a cooperar entre si. E levarem também isso ao sufrágio.

Aqui, cabe às Federações, nos termos da sua acção, estatutariamente definida, liderarem este processo político, conjugando os interesses e gizando um programa comum de candidatura territorializado supramunicipal. O regime de associação de municípios existente (não obstante carecer de reforma profunda, que haveremos de fazer) será o instrumento com que se deve trabalhar, sem prejuízo de, numa visão mais prospectiva, lançar o alcance para outras figuras de eventual investidura jurídica futura. Entretanto, a nível geral, o Partido Socialista abriu já a porta de uma nova ambição para o Poder Local, a partir de um primeiro marco que é o Manifesto Autárquico Nacional.

Com base neste documento, o PS tem a obrigação de concretizar a construção de novas bases programáticas capazes de transportar o Poder Local português a novas fronteiras políticas.

Sem dúvida pelas reformas institucionais necessárias ou possíveis, já encetadas no processo legislativo.

Igualmente pela definição de novos domínios de intervenção no âmbito da vida política local e da representação dos interesses das comunidades, avançando-se mais fundo na descentralização, ligada à reforma do Estado. Na economia, no ambiente, na cultura, no desporto...

Ainda como na abertura muito ousada de áreas de colaboração com a Administração Central que possibilitem manter e até mesmo desenvolver Serviços Públicos e suas valências nos Concelhos, que sendo de defesa de proximidade aos cidadãos, que o Estado parece querer deixar de garantir, também valem, talvez, decisivamente, como estacas de sustentação populacional qualificada e em última razão de justificação da própria realidade institucional para muitas autarquias.

A educação e ensino, a agricultura, a saúde, a segurança social, são, entre outras, algumas áreas onde o Poder Local pode abrir uma nova frente de intervenção substituindo em certa (grande) medida o Estado.



LUÍS PITA AMEIXA

OPINIÃO

## MANIFESTO DA CANDIDATURA A FARO

# APOLINÁRIO PROMETE PRESIDÊNCIA DE PORTAS ABERTAS

Perante um milhar de apoiantes, José Apolinário propôs uma nova política para Faro e uma presidência camarária "de portas abertas".

No jantar-comício de apresentação da sua candidatura autárquica, Apolinário disse que o objectivo socialista passa por dar mais força à capital algarvia.

"Faro tem de ser e vai ser uma cidade de referência do Sudoeste da Península Ibérica, na acção social e cultural, nas infra-estruturas, no acolhimento e desenvolvimento", declarou.

Para este projecto, o candidato do PS promete elevar a voz dos farenses até ao Governo de José Sócrates na defesa de sete objectivos: lançamento do novo Hospital Central do Algarve, manter a Via do Infante sem portagens, abrir a Ria Formosa aos farenses, concluir a segunda fase da construção da circular da cidade (entre a EN 2 e a EN 125), melhorar a rede social de equipamentos dirigidos a idosos, jovens e crianças, proceder à requalificação da orla costeira e afirmar a capitalidade de Faro mediante o avanço de três projectos concretos a instalar no centro da cidade — Casa das Letras, Loja do Cidadão e Tribunal da Relação.

"Temos um projecto, um compromisso de trabalho, para afirmar uma nova ideia de Faro, fora de portas, com ambição e com objectivos estruturantes para o futuro da Capital do Algarve", reiterou.

Já no sentido de afirmar Faro para além das fronteiras nacionais, o candidato socialista à liderança do executivo camarário local definiu um evento — o "Fórum Culturas do Mediterrâneo" — e 2008 como o ano para a sua realização.

José Apolinário apontou as políticas sociais como prioridade de trabalho e manifestou-se empenhado em acabar com velha estratégia das "palmadinhas nas costas" porque ela "levou à paralisação de projectos e ideais nesta área fundamental".

"Os mais idosos podem de novo contar com o programa Faro Solidário e com



metas claras", asseverou ao anunciar a entrada em funcionamento de um centro de dia ou de convívio em cada freguesia do concelho, a duplicação do número de beneficiários do apoio domiciliário, a introdução do Cartão Municipal do Idoso, a abertura de uma Linha Azul de apoio à terceira idade e a disponibilização de um serviço gratuito de pequenas reparações domésticas para os idosos mais necessitados.

Mais jardins-de-infância, um Plano Municipal de Prevenção da Toxicodependência, apoio às mulheres vítimas de violência doméstica, atenção cuidada à integração dos imigrantes, desenvolvimento de uma rede do pré-escolar e do 1º ciclo do básico, a definição de uma "Carta Educativa do concelho" e a construção de novos estabelecimentos de ensino são também compromissos da candidatura socialista a Faro.

E, porque a segunda grande prioridade de Apolinário é o Ambiente, será apresentado um Plano Municipal para o sector, implementando a Agenda 21 Local, salvaguardando ainda objectivos estratégicos no comércio e turismo, na cultura, no desporto e na juventude e no investimento empresarial, num plano integrado e racional de desenvolvimento que o PS propõe a Faro com a am-

bição de que a capital algarvia seja "o Sol do Sul".

### ***Hospital vai avançar e Via Infante não terá portagens***

Falando em nome do partido e do secretário-geral socialista, Jorge Coelho, presente no jantar comício, assegurou que não haverá portagens na Via do Infante e que o Hospital Central do Algarve será mesmo construído.

Com o PS "não haverá portagens que eles queiram ou não queiram", afirmou categórico, renovando, por outro lado, a promessa que já fizera em Portimão, segundo a qual o Hospital Central do Algarve será localizado no Parque das Cidades, a meio caminho entre Faro e Loulé.

Reagindo às declarações do líder do principal partido da oposição, Luís Marques Mendes, que em recente discurso afirmou que os números do défice não são novidade, o coordenador autárquico socialista criticou a tentativa de desdramatização dos resultados preocupantes que se esperavam viessem a ser confirmados pelo relatório da Comissão Independente de Avaliação das finanças públicas.

"Quando o Executivo de Durão Barroso tomou posse fizeram a campanha que se conhece porque o défice era de 4,1, passados três anos é quase de sete por cento e não é novidade nenhuma?", questionou com ironia, sublinhando de seguida que o líder laranja "apoiou tudo o que os governos do PSD fizeram ao longo de três anos". "Se há agora necessidade de um orçamento rectificativo é porque o que está em vigor, imposto pela anterior maioria, não tem qualquer adaptação às condições reais do País", explicou.

Ao qualificar José Apolinário como "um dos maiores trabalhadores ao serviço da política" que conhece, Jorge Coelho afirmou ser preciso "acabar com a prepotência e com a arrogância em Faro", defeitos que atribuiu ao actual edil do PSD. **M.R.**

## JOAQUIM MOURÃO RECANDIDATA-SE À CÂMARA DE CASTELO BRANCO

O PS vai recandidatar Joaquim Morão à presidência da Câmara de Castelo Branco nas eleições autárquicas de Outubro.

O nome do actual presidente do município foi aprovado, por unanimidade, em reunião da Comissão Política

Concelhia do PS realizada segunda-feira à noite.

Joaquim Morão, que lidera a autarquia de Castelo Branco há dois mandatos, foi também presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

A apresentação pública de Joaquim Morão como recandidato à Câmara de Castelo Branco está agendada para 25 de Junho, em cerimónia que deverá contar com a presença de José Sócrates, secretário-geral do PS.

## TOMAR

# CARLOS SILVA FORMALMENTE APRESENTADO COMO CANDIDATO DO PS À CÂMARA

O candidato socialista à presidência da Câmara Municipal de Tomar, Carlos Silva, está confiante na vitória eleitoral de Outubro.

Visivelmente optimista, Carlos Silva compareceu na cerimónia pública de apresentação oficial da sua candi-

tura, uma iniciativa promovida pela estrutura do PS local, no passado dia 23, onde qualificou como "mau" o balanço da gestão executiva municipal do PSD, que, acrescentou, "tem vindo a perder credibilidade" junto da população.

Questões como o ordenamento urbano, problemas de trânsito e falta de diálogo estiveram na base de algumas das críticas feitas pelo candidato do PS, que alertou para o facto destes problemas serem "objecto de muito descontentamento" por parte dos municípios.

## GUARDA

# JOAQUIM VALENTE APOSTA NUMA GESTÃO MUNICIPAL DE EXCELÊNCIA

O engenheiro técnico civil e actual vereador no município de Celorico da Beira foi oficialmente apresentado, no passado dia 24, como candidato socialista à presidência da Câmara Municipal da Guarda.

Numa sessão que encheu o salão do Hotel de Turismo da Guarda, Miranda Calha, do Secretariado Nacional do PS, definiu o candidato como "pessoa de trabalho, honesta e dedicada ao concelho", salientando o apoio da personalidades independentes e exteriores ao partido por que se candidata.

Miranda Calha considerou Joaquim Valente como o "melhor para mais progresso e mais desenvolvimento para a Guarda".

Numa abordagem genérica ao seu programa eleitoral, Joaquim Valente referiu-se insistentemente à "excelência" como um dos principais objectos: "Terra de excelência, prestação de serviços municipais com excelência, a situação geográfica de excelência da Guarda" em termos rodoviários e ferroviários e face a Espanha e Europa.

Advogando o "desenvolvimento sustentado e a qualidade dos serviços", o candidato do PS acentuou a necessidade da Guarda se afirmar nos eixos culturais



Coimbra-Guarda-Salamanca e no vector económico, no eixo Porto-Guarda-Madrid.

Valente manifestou-se empenhado na implementação de uma "política de inclusão num concelho com mais solidariedade em que a acção da política autárquica deve incidir sobre a saúde e bem-estar das populações", na reabilitação do Parque da Saúde da Guarda, no ordenamento e na valorização da cidade, no apoio ao investimento e na criação de condições para o efeito.

O candidato do PS propõe-se ainda fazer da Guarda "um concelho mais amigo dos jovens", racionalizar o sistema educativo desde o pré-primário ao universitário, "fortalecer a auto-estima do município e torná-lo "um polo de desenvolvimento" nacional e transfronteiriço" tendo em conta a proximidade com Espanha.

Joaquim Valente alertou igualmente para a urgência de proceder à "consolidação das finanças do município" e à "aplicação de uma política que permita capitalizar o investimento de desenvolvimento moderno".

Na sessão de apresentação oficial da candidatura socialista à presidência da autarquia da Guarda foi lida uma mensagem de apoio enviada pelo secretário-geral do PS e primeiro-ministro em que salienta as qualidades de Valente e se refere à Beira Interior como a sua terra e, no caso da situação geográfica da Guarda, o posicionamento em relação à Espanha e Europa.

Joaquim Valente, 50 anos, foi técnico da Câmara da Guarda, vereador no município da Guarda a partir de 1998 até 2001, Presidente da Associação de Futebol da Guarda de 1998 a 2203 e é actualmente director da Refer para o eixo Beiras.

## FIGUEIRÓ DOS VINHOS

## FERNANDO MANATA AVANÇA PARA RECANDIDATURA

O presidente da Câmara de Figueiró dos Vinhos, Fernando Manata, comunicou publicamente a sua decisão de recandidatar-se, em Outubro próximo, à liderança do executivo local, com o objectivo central de dar continuidade aos projectos que tem vindo a desenvolver à frente dos destinos do município.

Concluir o saneamento básico e preparar o próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA) são as duas principais prioridades

do candidato socialista, caso seja reeleito presidente da Câmara.

"Há sempre várias prioridades que temos de levar por diante, mas também é necessário preparar o próximo pacote de apoios da Europa, por forma a fomentar o desenvolvimento desta região", defendeu Manata, para quem é imperativo reclamar igualmente a requalificação das redes viárias da região. Explicando a sua opção por uma nova candidatura, o camarada Fernando

Manata clarificou que esta ficou a dever-se, em grande medida, às "solicitações muito fortes da população e do próprio partido".

"Apesar de ter pensado em não voltar a candidatar-me, não poderia dizer que não, até porque há projectos em curso que não posso esquecer", esclareceu o edil que em 1989 conquistou para o PS o concelho de Figueiró dos Vinhos, um município com longo historial de gestão laranja.

## CASTANHEIRA DE PÊRA

## FERNANDO LOPES APOSTA NO TURISMO

O actual vice-presidente da Câmara de Castanheira de Pêra, Fernando Lopes, confirmou a sua candidatura à liderança do executivo local, em linha de continuidade com a actual gestão do socialista Pedro Barjona Henriques.

Classificando a sua decisão de avançar como candidato como "um acto político natural", uma vez que desempenha o cargo de vereador há 12 anos, o camarada Fernando Lopes assumiu o compromisso de liderar a lista do PS num concelho tradicionalmente

socialista.

"Sempre fui solidário com o projecto de Pedro Barjona para Castanheira de Pêra", salientou, elogiando a obra deixada pelo actual.

"Os projectos nunca têm fim", mas queremos "consolidar a aposta forte no turismo e nas pessoas", prometeu, explicando que esta é a única solução de desenvolvimento para um concelho que sofreu uma crise acentuada depois da falência de várias empresas têxteis, "a sua principal imagem de marca".

"Temos de mudar a nossa actividade principal para o turismo. Só assim será possível crescer", defendeu, sendo de imediato apoiado por Pedro Barjona Henriques, que desenvolveu vários investimentos em equipamentos turísticos públicos para o concelho nos últimos anos.

"Julgo que fizemos uma obra que nos orgulha e difícil de igualar", reivindicou Barjona, fazendo votos para que o seu sucessor à frente da autarquia consolide os projectos em curso.

## AGENDA AUTÁRQUICA

### 3 de Junho – 18h30 – Famalicão

Sede de Campanha (Praça D. Maria Segunda) – Apresentação pública da candidatura de António Barbosa

### 3 de Junho – 20h30 – Vila Real

Quinta do Paço – Jantar de apresentação da candidatura de Artur Vaz, com a presença de Almeida Santos

### 4 de Junho – 15h00 – Sardoal

Apresentação pública da candidatura de Fernando Morais, com a presença de Jorge Coelho e Fausto Correia

### 4 de Junho – 16h00 – Manteigas

Centro Cívico – Apresentação da candidatura de Esmeraldo Carvalhinho

### 4 de Junho – 18h00 – Guimarães

Pavilhão Multiusos – Convenção Autárquica concelhia

### 4 de Junho – 17h00 – Sines

Apresentação pública da candidatura de Carlos Silva, com a presença do deputado Miranda Calha

### 4 de Junho – 18h00 – Guimarães

Pavilhão Multiusos – Convenção Autárquica com a presença de Almeida Santos

### 4 de Junho – 19h30 – Coimbra

Pavilhão ACIC – na Relvinha – Apresentação pública da candidatura de Vítor Baptista, com a presença de Almeida Santos

### 4 de Junho – Barreiro

Convenção Autárquica com a presença de Guilherme d'Oliveira Martins

### 5 de Junho – 13h00 – Almodôvar

Parque das Merendas – Apresentação pública dos candidatos do distrito de Beja, com a presença de Idália Moniz e Marcos Perestrello

### 5 de Junho – 17h00 – Évora

Hotel da Cartuxa – Convenção autárquica e apresentação dos candidatos do distrito de Évora, com a participação de Jorge Coelho

### 7 de Junho – 19h00 – Lisboa

Centro Cultural de Belém – Formalização da candidatura de Manuel Maria Carrilho com a presença de José Sócrates

### 11 de Junho – 20h00 – Figueira da Foz

Apresentação pública da candidatura de Vítor Sarmento, com a presença de António Braga

### 15 de Junho – 20h00 – Almada

Casas Velhas – Apresentação pública da candidatura de Alberto Antunes, com a presença de Jorge Coelho

### 15 de Junho – Charneca da Caparica

Casas Velhas – Apresentação pública da candidatura de Alberto Antunes

### 17 de Junho – 19h30 – Vila Nova de Gaia

Hotel Melia Gaia (junto ao Jardim Soares dos Reis) – Apresentação pública da candidatura de Barbosa Ribeiro, com a presença de Isabel Pires de Lima

### 18 de Junho – 17h00 – Lousada

Apresentação pública da candidatura de Jorge Magalhães, com a presença de Jorge Coelho

### 18 de Junho – 20h30 – Baião

Pensão Borges – Apresentação pública da candidatura de José Luís Carneiro, com a presença de Jorge Coelho

### 18 de Junho – 20h00 – Bombarral

Apresentação pública da candidatura de Jorge Gabriel Martins, com a presença de Vieira da Silva

### 19 de Junho – 18h00 – Sobral de Monte Agraço

Apresentação pública da candidatura de Pedro Cardoso, com a presença de Marcos Perestrello

### 21 de Junho – 20h00 – Odivelas

Apresentação pública da candidatura de Susana Amador, com a presença de Jorge Coelho

### 25 de Junho – Castelo Branco

Apresentação pública da candidatura de Joaquim Mourão, com a presença de José Sócrates

### 26 de Junho – 13h00 – Sintra

Apresentação pública da candidatura de João Soares, com a presença de Jorge Coelho

### 26 de Junho – Trancoso

Apresentação pública da candidatura de Carlos Martins

### 26 de Junho – Portalegre

Convenção Autárquica para apresentação de todos os candidatos do distrito

### 28 de Junho – Mira

Apresentação pública da candidatura de João Maria Reigota

### 3 de Julho – Esposende

Convenção Autárquica para apresentação dos candidatos do distrito de Braga, com a presença de Vitalino Canas

### 8 de Julho – 17h30 – Montijo

Apresentação pública da candidatura de Maria Amélia Antunes, com a presença de Jorge Coelho

### 8 de Julho – 20:30 – Vila Franca de Xira

Pavilhão do Cevadeiro – Apresentação pública da candidatura de Maria da Luz Rosinha, com a presença de Jorge Coelho

### 9 de Julho – 18h30 – Albufeira

Convenção autárquica para apresentação de todos os candidatos ao distrito de Faro

### 10 de Julho – 16h00 – Vila Real

Barragem de Vila Pouca de Aguiar – Convenção Autárquica Distrital para apresentação dos candidatos do distrito, com a participação de Jorge Coelho

### 17 de Setembro – 15h00 – Porto

Pavilhão Rosa Mota – Convenção Nacional Autárquica, com a participação do secretário-geral, José Sócrates

### 18 de Setembro – Caldas da Rainha

Almoço de apresentação da candidatura de António Galamba, com a presença de Jorge Coelho

## JORNADAS DE MAIO POR LISBOA

# IDEAIS SIMPLES E CONCRETAS PARA MUDAR A CAPITAL

Mudar Lisboa passa pela renovação da identidade dos seus bairros, por reduzir a circulação automóvel para metade e acabar com o estacionamento ilegal, por redimensionar o papel do Tejo, transformar o Parque Mayer num jardim e reaproveitar os teatros e cinemas fechados. Esta a ideia central emanada das jornadas de reflexão da candidatura de Manuel Maria Carrilho, que decorreram em Maio.

No debate de encerramento desta iniciativa socialista, que no passado dia 28 reuniu, na Culturgest, vários especialistas de renome em torno do tema do cosmopolitismo, o candidato do PS à presidência da Câmara alfacinha manifestou a sua determinação em "pôr termo, nos próximos quatro anos, ao estacionamento selvagem e à entrada diária na cidade de cerca de 400 mil carros".

Devolver a cidade aos peões e multiplicar os corredores Bus foram outros reptos assumidos por Carrilho, que também apresentou como "uma das prioridades" do seu projecto autárquico para a capital a renovação da frente urbana do Tejo.

"O rio é uma prioridade. Nenhuma cidade europeia tem um potencial como este", apontou, frisando de seguida a importância da ligação de Lisboa ao Tejo e a concessão de um serviço de taxis fluviais para facilitar a travessia entre as margens, bem como a construção de

pontes pedonais que possibilitem o melhor acesso e circulação na zona ribeirinha.

Quanto à organização urbana, Carrilho auscultou várias vezes que defenderam a constituição de um conselho de cidade – órgão onde estariam representadas todas as forças vivas da capital – e de vários conselhos de bairros, que pressupõem a divisão administrativa de Lisboa em vários mega-bairros, a funcionarem como mini-urbes dotadas de alguma autonomia.

Assuntos como as desvantagens para a cidade da transferência do aeroporto para a Ota e a promoção turística da cidade também foram abordados, num quadro de necessidade de afirmação da capital nacional e internacionalmente.

No auditório da Culturgest focou-se ainda, sob o lema "Lisboa em Portugal e no Mundo", o "turismo como factor de atracção e desenvolvimento de uma cidade" e o aproveitamento do potencial do Parque Mayer como "zona verde e de lazer" associado ao Jardim Botânico, Parque Eduardo VII e colina do lado oposto da Avenida da Liberdade.

No encerramento das jornadas, Manuel Maria Carrilho congratulou-se por ter conseguido reunir em torno do diálogo proposto pela sua candidatura cerca de 500 especialistas, que analisaram "temas clássicos da gestão da cidade,



mas também novas questões, como a problemática da criança e da escola e como tornar Lisboa mais atractiva perante o mundo".

Criticando a gestão autárquica do PSD, o candidato do PS declarou que, nos

últimos quatro anos, a dupla Santana Lopes/Carmona Rodrigues não resolveu um único dos graves problemas de Lisboa de segurança, trânsito ou reabilitação urbana.

"Pelo contrário, contribuiu para o

agravamento dos problemas", acusou. Como alternativa, a candidatura socialista que encabeça, assegurou, propõe-se levar à prática "ideias muito simples e concretas".

"Queremos promover uma mudança articulada, porque os problemas têm todos a ver uns com os outros", sustentou.

## Diálogo prossegue no Verão

Terminada a primeira fase de auscultação dos especialistas, toda a experiência acumulada ao longo das oito jornadas, juntamente com o trabalho desenvolvido há mais de um ano, dará lugar a propostas concretas.

Assim, Manuel Maria Carrilho vai apresentar oficialmente, no próximo dia 7, a sua candidatura e as principais ideias para Lisboa.

Todavia, o candidato socialista ressaltou que as soluções do PS para a capital só deverão ser reveladas no final do Verão, uma vez que durante Junho e Julho prevê estar no terreno e promover reuniões, visando "fazer um projecto não só para Lisboa, mas para cada bairro e freguesia da cidade", mediante a elaboração de um "roteiro aberto".

"Vamos continuar a conversar", concluiu o candidato socialista.

M.R.

## PS/GAIA PEDE SUSPENSÃO DE MEGAEMPREENHIMENTO IMOBILIÁRIO

O PS/Gaia pediu à maioria PSD/PP na autarquia que suspenda o processo relativo ao empreendimento da Espírito Santo Fundos Imobiliários (ESAF) na Quinta Marques Guedes, que engloba a construção de 1100 habitações naquele espaço, em área de intervenção do programa Polis.

O vereador socialista Barbosa Ribeiro defendeu a oportunidade da sua proposta, tendo em conta a existência de processos envolvendo suspeitas de tráfico de influências, um dos quais relativo a Gaia, que alegadamente beneficiaria o grupo Espírito Santo.

"Manda o bom senso que se pare o processo decisório até que tudo esteja esclarecido", frisou Barbosa Ribeiro.

Aos 1100 fogos previstos, que terão uma altura média de quatro andares e ocuparão 148 mil metros quadrados, vão juntar-se 10 mil metros quadrados de escritórios e um parque-auto subterrâneo de 70 mil metros quadrados. O protocolo foi aprovado no executivo em Dezembro do ano passado, com os votos contra do PS, único partido de oposição com assento neste órgão da autarquia.



## AMARANTE

### TRIBUNAL CONSTITUCIONAL DEVE INVESTIGAR CONTAS DE FERREIRA TORRES

O presidente da Câmara de Amarante e recandidato socialista ao mesmo cargo, Armindo Abreu, quer que o Tribunal Constitucional investigue as contas da campanha eleitoral de Avelino Ferreira Torres, por considerar que "há muito que a verba legalmente autorizada já deve ter sido ultrapassada".

Armindo Abreu recordou que a lei estipula que a limitação de financiamento conta a partir do sexto mês antes das eleições autárquicas – previstas para Outubro – e que o valor máximo para um concelho com a dimensão eleitoral de Amarante deve rondar os cem mil euros.

Por outro lado, a legislação limita as despesas de campanha de cada candidato, para um município com a dimensão de Amarante, "a 300 salários mínimos mensais nacionais", o equivalente a 112 mil euros.

"Temos a certeza de que Avelino Ferreira Torres já pelo menos esgotou esse valor", denunciou, apontando como exemplo o helicóptero que o candidato independente disponibiliza durante os



fins-de-semana para viagens de municípios nos céus de uma das 40 freguesias do concelho.

Armindo Abreu referiu-se ainda "aos dinheiros dados às associações, jantares pagos e pelo menos dois jornais que, apesar de não estarem em seu nome, são distribuídos gratuitamente com

campanha a seu favor", frisando que "tudo isto custa muito dinheiro".

O candidato socialista lamentou também que "a Comissão Nacional de Eleições, que tanto se preocupa com o equilíbrio e igualdade de circunstâncias entre as várias candidaturas", não olhe para esta situação.



# GUTERRES É O NOVO ALTO-COMISSÁRIO PARA OS REFUGIADOS

António Guterres foi escolhido por Kofi Annan para alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) de entre um leque de oito candidatos. Numa reacção a esta decisão que considerou "uma vitória diplomática de Portugal e uma vitória de António Guterres", o primeiro-ministro, José Sócrates, disse estar "naturalmente satisfeito e até emocionado" com a notícia da nomeação de Guterres para ACNUR.

"A escolha de António Guterres é também seguramente uma excelente notícia para o sistema das Nações Unidas, que vai ser reforçado com um novo dirigente dotado de elevada competência profissional, grande experiência governativa e de forte sentido de solidariedade e vocação humanitária", acrescentou.

O PS, pela voz do seu dirigente Jorge Coelho, congratulou-se com a escolha do ex-primeiro ministro para alto-comissário para os Refugiados, considerando que "é um grande orgulho" e "muito prestigiante" para Portugal.

"O país está de parabéns e, em nome do PS, faço votos das maiores felicidades a António Guterres, de bom trabalho e de continuar a prestigiar o nome de Portugal", acrescentou o dirigente socialista.

Por sua vez, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral, a quem coube o anúncio da nomeação de Guterres, afirmou serem as "elevadas qualidades intelectuais, profissionais e



humanas" do presidente da Internacional Socialista que estiveram na origem da sua escolha para tão alto cargo no seio da ONU.

Esta escolha, frisou, é também "o reconhecimento internacional do prestígio de Portugal no seio da comunidade internacional".

OPINIÃO

## POR UM PS COSMOPOLITA NAS AUTARQUIAS

*É ainda imperioso que o PS assegure, nas autárquicas, a participação e representação de portugueses de todas as origens, contribuindo desta forma, decisivamente, para combater o racismo no nosso país.*

**JOSÉ LEITÃO**

**RUI PENA PIRES**

O PS foi o primeiro partido português a definir políticas para a integração dos imigrantes, a incluí-las num Programa de Governo (1995) e a concretizá-las.

Foi também o primeiro partido a integrar em listas para a Assembleia da República um português negro. O PS foi, ainda, o partido que mais se bateu pela regulamentação do art. 15.º, n.º 4 da Constituição da República, no qual está consagrada a capacidade eleitoral activa e passiva, nas autárquicas, de estrangeiros residentes em território nacional, em condições de reciprocidade. Por fim, foi também o PS o primeiro partido a consagrar no art. 1.º dos seus estatutos a possibilidade de estrangeiros residentes legais poderem ser militantes partidários.

Poderíamos continuar com esta enumeração, mas não é nosso propósito, com este artigo, olhar para trás. Tendo orgulho no passado, queremos um PS que continue, hoje, a responder aos desafios da nossa sociedade em acelerada mutação social e cultural, e que por isso dê novos passos na construção da integração social dos imigrantes e na superação da discriminação racial.

Nesse sentido, defendemos que, na próxima revisão ordinária da Constituição, seja abolida a exigência de reciprocidade para a participação de estrangeiros em eleições autárquicas, por três razões. Primeiro, porque a participação nas eleições locais de cidadãos que aqui vivem e trabalham, que descontam para a segurança social e pagam impostos é uma exigência da mais elementar justiça social. Segundo, porque condicionar à reciprocidade a participação eleitoral de estrangeiros representa uma demissão do Estado português, que fica condicionado no reconhecimento destes direitos por eventuais preconceitos xenofobos de outros Estados ou, suprema ironia, pela ausência de democracia nos países de origem dos imigrantes. Terceiro, porque a participação de estrangeiros nas eleições locais fomenta a cooperação colectiva, numa base territorial e não étnica, na resolução de problemas comuns. Essa participação fomenta a percepção da justiça, a vontade de integração e a cooperação, concretizando o exercício de uma cidadania cosmopolita.

Entretanto, e apesar da exigência da reciprocidade, milhares de estrangeiros estão já recenseados e irão votar nas próximas eleições locais. É pois imperioso que, na sua estratégia para as autárquicas, o PS contemple a necessidade de intervenção sobre a imigração e assegure a sua representação institucional no plano local.

É ainda imperioso que o PS assegure, nas autárquicas, a participação e representação de portugueses de todas as origens, contribuindo desta forma, decisivamente, para combater o racismo no nosso país. Não queremos quotas para assegurar a presença de portugueses e camaradas negros, ou de imigrantes estrangeiros, nas listas para as eleições autárquicas. Porém, como republicanos e democratas entendemos ser indispensável garantir a sua participação nas listas autárquicas. Se queremos ser um partido democrático e cosmopolita, esta é uma exigência incontornável.

Sabemos que, em muitas zonas periféricas, há problemas de integração, há tensões e preconceitos raciais e xenofobos. Receamos que, se não houver novas medidas para assegurar a solidariedade e a coesão social, possam surgir, por vezes, situações de conflitualidade não institucionalizada. A essa ameaça devemos responder transformando num potencial de desenvolvimento a diversidade social e cultural, com imaginação e cidadania.

Queremos, em síntese, um PS mais cosmopolita, com listas autárquicas mais abertas e mais representativas da diversidade das populações residentes.

## REGULARIZE AS SUAS QUOTAS

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

### 1. Depósito bancário em dinheiro ou cheque;

### 2. Transferência bancária

Conta: BCP-NOVA REDE  
PS-QUOTIZAÇÕES - Nº 452 341 62873  
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05

Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o nº de militante, no balcão onde as efectuar.

### 3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:

ENTIDADE 20132  
REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE  
(total de 9 dígitos)  
MONTANTE .....

Quota normal: semestral - 12,00 eur; anual - 24,00 eur  
Quota reduzida: semestral - 6,00 eur; anual - 12,00 eur

### 4. Pagamento junto da Secção, caso a Secção detenha Protocolo para o efeito.

Em caso de dúvida, contacte-nos pela

**Linha Azul**  
**808 201 695**



## COMISSÃO DE HONRA

O NOSSO DESAFIO  
SÃO AS MULHERES  
SEM VISIBILIDADE  
NA POLÍTICA

Para a Candidatura de Sónia Fertuzinhos o que conta são todas as mulheres, de Bragança aos Açores que, com militância e vontade de participar, trabalham para que o projecto das mulheres socialistas e do Partido Socialista se torne uma realidade e que contribua, de forma efectiva, para o desenvolvimento de Portugal.

A Candidatura de Sónia Fertuzinhos, é feita da vontade das militantes de base que querem fazer ouvir a sua voz no PS e não apenas das que já têm oportunidade.

O mais importante e o desafio do PS é trazer para a política activa muitas outras mulheres, socialistas e independentes. Muitas delas fazem parte das 500 subscritoras que permitiram a formalização da candidatura da equipa que constitui a Lista A.

Temos a ambição de termos connosco todas as militantes socialistas, rejeitando todas as lógicas de um grupo fechado que gira sempre sobre as mesmas.

Por estas razões a Comissão de Honra da Lista A, são as 500 militantes que subscreveram a Candidatura de Sónia Fertuzinhos e todas as outras que se juntaram a nós neste movimento de vitória porque acreditam que

**JUNTAS  
TUDO É POSSÍVEL**

## EU VOTO NA SÓNIA !

**Porque ela merece mais tempo para aplicar o programa de acção** que iniciou desde que foi eleita em 2003 para presidir ao Departamento de Mulheres do PS. Depois de uma campanha extenuante, que cumpriu entusiasmadamente, apesar de gravídissima.

**Porque a vi agir**, sempre inteligente e consequentemente, tanto junto das/dos militantes de base do PS, como dos quadros das Federações e também junto dos mais altos dirigentes do PS, designadamente no Secretariado Nacional que ambas integramos.

Porque a vi sempre agir sem arrogância, nem bajulações. Nunca hesitando dizer o que pensava ou defender o ponto de vista do Departamento das Mulheres, sem desamar na sensibilização de uns e outros.

**Porque concordo com a sua orienta-**

**ção ideológica** e com a sua abertura política sobre os principais temas que, na minha opinião, mais interessam às socialistas e às mulheres portuguesas: medidas (quotas estatutárias no PS e outras) para promover maior participação e responsabilização de mulheres nos centros do poder económico e político; medidas concretas de combate à violência doméstica e de apoio às mulheres e crianças dela vítimas; medidas de combate à pedofilia e de apoio às famílias de crianças desaparecidas, promoção de uma nova lei reguladora da IVG e apoio às mulheres perseguidas pela aplicação da actual lei; medidas de combate ao tráfico e exploração de mulheres e crianças; medidas de combate à discriminação contra as mulheres, em especial no trabalho; medidas de combate à corrupção e ao

tráfico de influências no país; medidas de apoio à educação, formação e qualificação profissional das mulheres.

**Porque a vi lançar e dinamizar muitas acções no interior do Partido e com projecção exterior a nível nacional e regional por causas** que deveriam mobilizar todo o PS: assim aconteceu na campanha das eleições europeias, em 2004, que o Departamento de Mulheres iniciou autonomamente e muito antes do resto do Partido.

Porque participei em acções de reflexão entre socialistas, mas abertas a outras mulheres, profissionais de diversos campos, sobre diferentes temas de interesse para o Departamento de Mulheres do PS, para o PS inteiro e para o país.

Porque a vi sempre muito atenta e empenhada a todas as iniciativas de âmbito europeu e

ANA GOMES



internacional que ofereciam oportunidades de promover a imagem e experiência do PS e de recolher contributos e reflexões para a acção no plano nacional. E porque a senti muito capaz de bem representar internacionalmente o Departamento de Mulheres e, de facto, todo o PS.

**Porque me impressionaram sempre a sua dedicação ao trabalho, a sua energia infatigável, o seu bom-humor e a sua capacidade de gerir uma vida familiar intensa e a actividade profissional e política.**

**Porque, em resumo, eu confio nela e sempre trabalhei muito bem com ela.** Por tudo isto, eu votarei Sónia no dia 3 de Junho.

RAZÃO DO MEU APOIO  
À SÓNIA FERTUZINHOS

Até há dois anos atrás a Presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas era escolhida pelo Secretário-Geral do PS. Mas gostaria de lembrar que a possibilidade de a Presidente ser escolhida pelo voto de todas nós foi, para além do resultado de uma vontade colectiva, o culminar de uma reivindicação constante de um conjunto de camaradas. E uma delas, bastante empenhada, foi a camarada Sónia Fertuzinhos. **Voto na lista A, encabeçada pela camarada Sónia Fertuzinhos, pela combatividade.**

Foi também a Sónia que, com muita coragem, assumiu um papel fundamental, na Assembleia da República, na defesa das questões da igualdade de género e da conciliação entre vida familiar e profissional. Quando quase todas as camaradas recusavam integrara Comissão Parlamentar responsável por estas questões, com receio de ficarem acantonadas numa Comissão «menos apetecível», a Sónia não só aceitou o desafio como coordenou diversas equipas e dossiers e deu uma dimensão à Comissão de que todas e todos se devem orgulhar. **Voto na lista A, encabeçada pela camarada Sónia Fertuzinhos, pela coragem.**

Há dois anos quatro camaradas concorre-

ram à Presidência do DNMS. Ganhou a camarada Sónia Fertuzinhos. Recordo aquela campanha como um momento importante da nossa vida de militantes. Por diversas razões... Primeiro, e a mais importante, porque podíamos escolher. Mas eu gostaria de referir mais duas: por ter sido uma campanha feita dentro do partido e sem acusações e depois porque essa campanha trouxe para o debate interno questões fundamentais como a participação política, a igualdade de oportunidades, a paridade, a maternidade/paternidade e a conciliação entre vida familiar e vida profissional... E com muita alegria vi camaradas por todo o país envolvidas e motivadas para as mudanças que se impunham. **Voto na lista A, encabeçada pela camarada Sónia Fertuzinhos, pela convicção.**

Dois anos depois encontramos-nos no bom caminho. O programa da lista A dá-me todas as garantias de continuarmos no bom caminho. Porque continua a unir vontades, porque quer trabalhar com todos os órgãos do partido ajudando a encontrar as melhores soluções para Portugal, porque tem um projecto — construir uma organização social cujas fundações são as da igualdade e solidariedade entre mulheres e homens. **Voto na lista A, encabeçada pela**

MAFALDA  
TRONCHO

Militante nº 31094  
Secção de Évora



**camarada Sónia Fertuzinhos, pela lealdade.**

Apesar de Évora não ter ainda a sua estrutura distrital, sempre fomos convidadas a participar e sempre participámos. Hoje sei que teremos em breve um departamento federativo. E isso também se deve à dinâmica gerada pela equipa que agora cessa este seu primeiro mandato. E à atenção de Sónia e da sua equipa a todas as estruturas mais ou menos formais que deram sempre o seu melhor.

**Voto na Lista A, encabeçada pela camarada Sónia Fertuzinhos, pela disponibilidade.**

Finalmente gostava de deixar uma nota mais pessoal. Ainda não sei até onde a Sónia é capaz de ir na luta pelos seus (e nossos) ideais. Creio que até ao limite das suas forças, que continuo a desconhecer. Tem desafiado todos os obstáculos e estado sempre presente. É um exemplo de boa conciliação entre vida familiar, profissional e política. Talvez já não lhe sobre aquele tempo que todos desejamos reservar só para nós, mas sei que se sente feliz nos papéis que escolheu abraçar mesmo com sacrifício pessoal. **Pela amizade e pela capacidade de entrega eu vou votar na lista A, encabeçada pela Sónia Fertuzinhos.**

APOIO  
À SÓNIALEONOR  
COUTINHO

A Sónia começou, há dois anos, pelo princípio.

Estava grávida, mas foi fazer campanha a todos os distritos. Foi interlocutora e mobilizadora da esperança das socialistas.

Ganhou as eleições e nasceu a 3ª filha. A partir de então as listas do partido para o congresso, para as legislativas passaram a ser rejeitadas quando não apresentavam a representação mínima regulamentar dos 2 sexos. No governo não havia regulamento normativo e ficaram só duas ministras, como usualmente.

Para as eleições autárquicas é vital que as mulheres sejam desafiadas e que as socialistas possam ser mobilizadas para a cidadania.

**Não é o momento para interromper um percurso. O momento é de reforçar a luta e, para isso, é necessário continuidade.**

**Para que as socialistas estejam mais presentes a energia e a vontade de Sónia são fundamentais. Só o voto de todas nos dará força.**

## JUNTAS SOMOS MUITAS

As mulheres que trabalharam estes 2 anos no DNMS e que são os rostos mais visíveis no PS estão com a Sónia Fertuzinhos



Jantar de  
Encerramento da  
Campanha  
2 de Junho  
Cervejaria Trindade  
em Lisboa  
**MAIS DE 100  
MULHERES DE TODO  
O PAÍS COM SÓNIA  
FERTUZINHOS**

# ÀS MILITANTES SOCIALISTAS, ÀS MULHERES,

A desigualdade na vida política, no que diz respeito à participação feminina, é uma desigualdade histórica e persistente. A sua abordagem é complexa. Por isso, deve ser encarada de uma forma transversal, para que este debate deixe de ser necessário no espaço de uma geração. **Essa é a nossa Prioridade.**

Entendemos que o Partido Socialista deve assumir o princípio da Igualdade de Oportunidades como factor de desenvolvimento humano. As questões da Igualdade entre Mulheres e Homens são questões nucleares, estratégicas e decisivas a qualquer projecto de desenvolvimento sustentado. **Elas são as nossas Causas.**

O Departamento Nacional deve encarar os desafios que se colocam no campo da Igualdade de Oportunidades com **MAIS ACÇÃO, MELHOR INTERVENÇÃO e DIFERENTE ATITUDE. É esse o nosso Compromisso.**

Queremos reforçar a acção do Departamento, dinamizar e apoiar activamente as estruturas federativas e aumentar a participação em todos os domínios que concorrem para a construção de uma **sociedade mais justa, mais inclusiva, mais solidária.**

## TOMADA DE DECISÃO PÚBLICA E POLÍTICA

*Uma partilha do poder de decisão entre Mulheres e Homens de diferentes estratos e idades fortalece e enriquece a Democracia. Por isso, a nossa acção visará promover uma participação equilibrada de Mulheres e Homens nos processos de tomada de decisão, procurando nomeadamente:*

- Estimular a participação das Mulheres no movimento sindical e associativo;
- Acompanhar e avaliar os progressos alcançados em matéria de participação equilibrada de Mulheres e Homens na vida política e pública;
- Apoiar os programas destinados a estimular o equilíbrio entre Mulheres e Homens na vida política e na tomada de decisão pública, de iniciativa de organizações que promovam a Igualdade de Género;



## EMPREGO E FORMAÇÃO E PROFISSIONAL

*Uma representação equilibrada de Mulheres e Homens nos diferentes sectores e profissões passa por abolir alguns dos constrangimentos ainda existentes. Por isso, incidiremos a nossa acção no combate às desigualdades, propondo-nos:*

- Trabalhar conjuntamente com os sindicatos e entidades patronais, defendendo um maior envolvimento dos parceiros sociais no combate às diferenças salariais entre Mulheres e Homens;
- Promover a conciliação da vida profissional e da vida privada, fomentando a partilha de tarefas e apostando na flexibilização dos horários de trabalho;
- Sensibilizar o tecido empresarial para que garanta uma representação equilibrada de Mulheres e Homens no seio dos seus órgãos de decisão.

## FAMÍLIA E CONCILIAÇÃO

A Sociedade deve estar organizada de modo a garantir uma efectiva conciliação da vida profissional com a vida privada, para que a Mulher possa ocupar o lugar de protagonismo social e político a que tem direito. Assim, propomo-nos sensibilizar os poderes públicos no sentido de:

- Disseminar o apoio domiciliário e

valências de apoio à 3ª idade, por forma a não sobrecarregar tanto a Mulher com essas tarefas;

- Lançar medidas de acção positiva visando o apoio de famílias monoparentais;
- Promover a partilha das responsabilidades domésticas e familiares;
- Estimular o reforço do recurso à licença parental.

## VIOLÊNCIA DE GÊNERO

No domínio da violência doméstica, empenhar-nos-emos para que o PS continue na linha de reforço das medidas de combate a este tipo de crime, procurando em especial:

- Analisar as causas dos comportamentos violentos em função do sexo, com vista à respectiva prevenção, bem como ao tratamento e reinserção dos agressores e avaliar a aplicação das normas penais e do processo penal sobre esse tipo de violência;
- Combater a violência doméstica, designadamente através da sensibilização das polícias e da magistratura, visando a aplicação mais disseminada da medida de coacção de afastamento do agressor;
- Estimular a disponibilização de habitação social para as mulheres e crianças vítimas de violência doméstica;

- Pugnar pela consolidação da rede de casas-abrigo e promoção da independência económica das Mulheres aí alojadas.

## SAÚDE

No âmbito da saúde materna e da saúde da Mulher incidiremos a nossa acção na:

- Promoção da saúde materna e da humanização no atendimento em Centros de Saúde e Hospitais das Mulheres que praticam IVG legal, lutando pelo seu direito à privacidade no internamento e apoio psicológico;
- Realização de um novo referendo nacional sobre o aborto, onde se assuma a defesa da despenalização da IVG, com o consentimento da Mulher, aproximando o país das outras nações ocidentais com as quais partilhámos valores civilizacionais;
- Promoção do reforço das medidas que promovam o planeamento familiar, a educação sexual e o apoio social às mães adolescentes ou carenciadas;
- Luta pela garantia de que as mulheres reclusas tenham melhores condições de higiene e condições mínimas de dignidade, no tocante à sua saúde ginecológica e reprodutiva.

## EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

A escola desempenha um papel importante na transmissão de valores. Por isso, é fundamental que a dimensão de 'Género' e de 'Sociedade Inclusiva' seja uma prioridade dos Jovens. Nesse sentido, em articulação com a Juventude Socialista, as ONG e poderes públicos, aprofundaremos o diálogo intergeracional sobre as questões da Igualdade de Oportunidades, empenhando-nos em especial:

- Na divulgação de campanhas de planeamento familiar, com acção dirigida, de modo a evitar a gravidez adolescente e das doenças sexualmente transmissíveis;
- Na revisão profunda dos manuais escolares, eliminando estereótipos relativos à distribuição de papéis entre Homens e Mulheres;
- Na participação de jovens na vida associativa;
- Numa maior participação das minorias

étnicas e culturais na tomada de decisão;

- No envolvimento de jovens Mulheres migrantes na sociedade, promovendo a sua inclusão e plena participação em todos os campos do saber.

## COMUNICAÇÃO SOCIAL E DEFESA DO CONSUMIDOR

Neste domínio a nossa prioridade assenta na dignificação e valorização do papel da Mulher, pelo que procuraremos fazer passar a mensagem das questões da Igualdade de Género através dos órgãos de comunicação social, no sentido de:

- Sensibilizar para a eliminação de estereótipos na mensagem publicitária;
- Encorajar os profissionais dos *media* a garantir que Homens e Mulheres, candidato(a)s a eleições, recebem igual visibilidade;
- Sensibilizar os estudantes de jornalismo e profissionais da comunicação social para as questões da Igualdade entre Mulheres e Homens.

## ORGANIZAÇÃO DO DNMS

É para nós uma prioridade trabalhar em rede com os Departamentos Federativos e cooperar com as estruturas do PS e da JS, apostando numa diferente forma de agir. Assim, assumimos:

- Trabalhar com as estruturas federativas, co-financiando as suas actividades, em função dos Planos apresentados;
- Trabalhar com a Juventude Socialista nas áreas de intervenção comum, como o (des)emprego das Mulheres e Jovens, a Educação, as questões de Cidadania, etc;
- Renovar a página do DNMS, tornando-a mais dinâmica e com ligações aos Departamentos Federativos e a páginas de Organizações de Mulheres e de Defesa dos Direitos Humanos;
- Assegurar ligação ao Centro de Documentação do GP/PS;
- Criar um boletim em suporte digital com carácter trimestral.

# MAIS, MELHOR E DIFERENTE

«Mais, Melhor e Diferente» é uma expressão que ecoa em cada uma das sessões que Maria Manuela Augusto, candidata à Presidência do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, tem realizado pelo país, desde que começou a campanha para o acto eleitoral que se realiza nos próximos dias 3 e 4 de Junho.

Do Minho ao Algarve, passando pelas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, Maria Manuela Augusto está a percorrer milhares de quilómetros, para ir ao encontro das mulheres que, nas várias regiões, manifestaram o ensejo de partilhar as suas perspectivas sobre as temáticas da igualdade de direitos e de oportunidades entre mulheres e homens. Dando a conhecer as linhas orientadoras do programa

de acção da sua equipa, que «dá expressão a um conjunto de vontades, sensibilidades e competências», conforme faz questão de sublinhar, Maria Manuela Augusto não se cansa de referir que este projecto é «uma questão de Cidadania, de Liberdade e de Democracia» e incita todas as mulheres a trabalhar para que haja «mais informação, mais formação, mais educação», única forma de se transformar as questões relacionadas com a dimensão de género «num projecto colectivo, abraçado por todos, mulheres e homens». Em sessões participadas por muitas das mulheres que trabalham nas suas localidades, Freguesias ou Concelhos, Maria Manuela Augusto ouviu da sua boca palavras de solidariedade e estímulo, mas

sobretudo um apelo generalizado à necessidade de um trabalho em rede, que enquadre, efectivamente, a acção que vêm desenvolvendo no terreno, muitas vezes com grandes dificuldades.

Correspondendo com grande afectividade ao esforço e ao empenho demonstrados por muitas destas mulheres que, para participarem nas sessões, deslocaram-se a concelhos vizinhos, na maior parte das vezes à noite, Maria Manuela Augusto manifestou sempre um grande entusiasmo, força e determinação na defesa intransigente de uma maior participação das mulheres na vida social, cultural e política, salientando que «os direitos da mulher devem ser encarados, acima de tudo, como direitos humanos e importante índice de desenvolvimento de um país».

Defendendo um modelo de organização social que crie condições para a participação equilibrada de mulheres e homens na esfera pública, facilitando a tão necessária conciliação entre a vida profissional, familiar e política, é a própria Maria Manuela Augusto quem deixa testemunho de uma invulgar energia e capacidade de resistência, já que se lançou nesta campanha, conciliando os compromissos assumidos com as Mulheres Socialistas, com as suas actividades de autarca de Oeiras e, sobretudo, de professora, porque, como faz questão de sublinhar com um sorriso, «este é o período em que os meus alunos mais precisam de apoio, na preparação das provas globais do 9º ano. Não os poderia deixar sem aulas, precisamente nesta altura».

## PERSPECTIVAS FINANCEIRAS 2007-2013

## FREITAS ADMITE VETO NA UE

O ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros admitiu no dia 1 no Parlamento que Portugal poderá pela primeira vez usar o seu direito de veto, caso o país seja prejudicado no pacote financeiro de Bruxelas para o período para o período 2007-2013, que vai ser votado dentro de duas semanas pelo Conselho Europeu.

"Podem estar certos que existirá uma estratégia de firmeza. Não me recordo, nestes 20 anos, de nenhum governo dizer que utilizará o direito de veto se os interesses nacionais não estiverem garantidos. Se Portugal for obrigado a isso, espero que todos os partidos apoiem essa atitude corajosa", afirmou Freitas do Amaral.

Esta posição do ministro foi avançada durante o debate parlamentar sobre as perspectivas financeiras para Portugal realizado a pedido do PSD.

Freitas do Amaral afirmou que "é pior um mau acordo que acordo nenhum", ao justificar a possibilidade de exercício do poder de veto.



Na sua intervenção, o ministro dos Negócios Estrangeiros rejeitou a possibilidade de Portugal vir a ser contribuinte líquido para o orçamento comunitário, considerando que "só com muita ignorância se poderá afirmar que é possível e realista esperar que Portugal

obtenha um montante similar ao do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA)". Perante "um risco significativo" de Portugal perder cerca de 25 por cento em relação ao terceiro QCA no pior dos cenários avançado pela presidência luxemburguesa, Freitas do Amaral

garantiu o exercício de veto.

Mas também a melhor proposta do Luxemburgo, em que Portugal perde 18 por cento, é rejeitada pelo Governo português, adiantou.

O ministro garantiu o exercício do veto enquanto os interesses fundamentais do país não forem consagrados. "Se não houver acordo, a discussão passará de presidência em presidência", disse.

Não revelando qual a dimensão da redução dos fundos que está disposto a aceitar, Freitas do Amaral sublinhou que qualquer juízo sobre vitórias ou derrotas negociais se joga no acesso às verbas do desenvolvimento rural e da coesão e na sua repartição.

### Coesão sai reforçada com tratado constitucional

Pela bancada do PS interveio António Vitorino, que começou por realçar o facto de o ministro dos Negócios Estrangeiros discutir com os deputados esta questão com "tanta clareza e

abertura", salientando que a negociação das perspectivas financeiras é "particularmente difícil" numa União Europeia com 25 Estados.

A "diversidade" na União é uma "virtude", mas tem "um preço", disse, acrescentando que "há uma pressão acrescida sobre a rubrica da coesão económica e social", bem como "uma subida dos egoísmos nacionais" patente na carta dos seis Estados contribuintes líquidos.

Na sua intervenção, o deputado do PS considerou ainda que "o objectivo da coesão económica e social sai reforçado pelo tratado constitucional europeu", porque se acrescenta a "coesão territorial".

Segundo Vitorino, "aqueles que mais em Portugal defendem que se deve dizer não a este tratado constitucional são aqueles que aparentemente parecem agora mais preocupados sobre o reflexo negativo que o não ao tratado constitucional tenha sobre a negociação das perspectivas financeiras".

## CONSTITUIÇÃO

## REVISÃO VAI PERMITIR REALIZAR REFERENDO EUROPEU

A revisão constitucional para permitir o referendo ao Tratado Constitucional europeu em simultâneo com as autárquicas foi aprovada com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP, na comissão eventual da revisão constitucional, que terminou no dia 1 os seus trabalhos.

Por proposta do PS, acordada com o PSD e subscrita pelo CDS-PP, a Constituição da República Portuguesa passará a ter um novo artigo, intitulado "Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa", com dois pontos que constituem excepções às disposições do artigo constitucional que regula o regime do referendo.

No primeiro ponto refere-se que a disposição constitucional que interdita a realização de referendos a tratados internacionais em bloco "não prejudica a possibilidade de convocação e de efectivação de referendo sobre a aprovação pela Assembleia da República do tratado que estabelece uma Constituição para a Europa ou suas alterações".

Esta formulação acautela a possibilidade de o Tratado vir a ser referendado em Portugal já com algumas alterações ao diploma, que poderão acontecer depois do "não" da França e da Holanda.

O segundo ponto do novo artigo constitucional estabelece que a proibição de convocar e realizar referendos entre a convocação e realização de eleições "não prejudica" a convocação do referendo ao Tratado europeu - e apenas este - "em simultâneo com a realização de eleições gerais para os órgãos do poder local". Neste ponto, o PS abdicou da sua posição inicial, que pretendia tornar regra a possibilidade de referendos de âmbito nacional se realizarem em simultâneo com eleições locais ou regionais.

"Esta é uma proposta que pretende resolver um único preceito: que seja possível realizar o referendo ao Tratado Constitucional europeu em simultâneo com as autárquicas", salientou o deputado socialista Vitalino Canas.

O diploma de revisão da Constituição - a sétima desde a sua aprovação em 1976 - terá agora de ser votado em plenário da Assembleia da República, o que deverá acontecer até 15 de Junho.

## SÓCRATES REJEITA PROPOSTAS NA NEGOCIAÇÃO SOBRE PERSPECTIVAS FINANCEIRAS

Portugal não aceita as propostas que estão a ser avançadas na negociação das Perspectivas Financeiras da União Europeia, para o período de 2007-2013, porque as considera lesivas para os interesses do país.

Esta posição de firmeza foi expressa na passada quarta-feira pelo primeiro-ministro, José Sócrates, nas conversações com o seu homólogo luxemburguês Jean-Claude Juncker, que assume a presidência do Conselho da UE e está encarregado de tentar um acordo sobre as Perspectivas Financeiras.

Após o encontro com o presidente em exercício da União Europeia, o chefe do Governo português afirmou: "Não estamos satisfeitos com a proposta do Conselho, porque está muito aquém daquilo que esperamos que seja uma política de solidariedade e de coesão, que sempre honrou a Europa no passado. Esse declínio da política de coesão afecta, em particular, Portugal".

Ao fim da tarde, Sócrates reuniu-se, em Bruxelas, com o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, que lhe manifestou a sua compreensão para o caso específico português.



Lisboa tem procurado sublinhar, no processo negocial, a especificidade do chamado "caso português", que se baseia no facto de 80 por cento das verbas comunitárias que chegam ao país serem provenientes dos fundos dedicados à coesão económica e social, à política que leva os países mais ricos a ajudar os mais pobres. "Este ponto é fundamental para Portugal", sublinhou José Sócrates, acrescentando que a Europa não pode desistir de uma política que é "um dos pilares da sua

fundação". Por outro lado, o primeiro-ministro reafirmou em Bruxelas a intenção de Portugal referendar o Tratado Constitucional europeu em Outubro, apesar da situação complexa suscitada pela vitória do "não" em França.

Segundo Sócrates, devem-se "fazer os referendos que já estão marcados", recordando que em Portugal a consulta está prevista para o início de Outubro, em simultâneo com as eleições autárquicas.

**Acção Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Jorge Seguro Sanches DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt | PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval | REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 | DEPÓSITO LEGAL N.º 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa